



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIII

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 08 DE NOVEMBRO DE 2024

Nº 207

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3225

TAQUIGRAFIA

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 30.10.2024
INÍCIO: 15h22min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES
MEMBROS: SRA. DRA. TAÍSSA

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento

de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 30 dias do mês de outubro de 2024, no Plenário, da Assembleia Legislativa.

Com a presença aqui dos nossos deputados. O Deputado Pedro Fernandes, que é o relator dessa importante CPI, também aqui presente a querida Deputada Drª Taíssa, deputada muito dedicada, principalmente nessas questões ambientais. Tanto o Deputado Pedro, quanto a Deputada Drª Taíssa são moradores onde está o olho do furacão. O Deputado Pedro, de Cujubim, onde está o Soldado da Borracha, que é uma grande injustiça, são milhares de famílias que estão com uma insegurança jurídica muito grande e a Deputada Drª Taíssa, Minas Novas, Resex Rio Pardo, região de Nova Mamoré, Jacinópolis.

E, justificar a ausência do Deputado Delegado Lucas, ele teve uma importante reunião, está a trabalho neste momento, se deslocando para uma importante reunião, mas tem contribuído muito. E também os demais membros da CPI, deixo aqui a nossa gratidão.

Quero agradecer a presença dos nossos amigos aqui, a Senhora Sebastiana Almeida, Analista Ambiental, muito bem-vinda. Obrigado.

O Senhor Dárius Augustus, obrigado meu irmão, já participou conosco diversas vezes. A primeira? Não me é estranho esse nome. Já participou de alguma audiência representando a Sedam? Não? É especialista em desenvolvimento ambiental, representando a Sedam. Minha amiga Dalva Freitas, da Ponta do Abunã, Presidente da Asprecam (Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas do Rio Castanhas e Madeira do Abunã). Parabéns pelo trabalho. Obrigado. Minha querida amiga Dalita Rover, que hoje nós estaremos te ouvindo, que é engenheira florestal. Trabalhou aqui conosco na Casa, uma excelente profissional. Obrigado pela presença.

Meu amigo Francisco Andrade, Presidente da Associação Soldado da Borracha. Parabéns, Francisco. Prefeito de Campo Novo, cumprimentamos. Vereador Herlon Santos, Presidente da Câmara de Cujubim. Está na presidência lá? Estou acompanhando. Parabéns pelo trabalho.

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais - Whisraniely Alves do Nascimento

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



O Jorge Ferreira, vice-presidente da associação Asprecam. Obrigado pela presença.

Agradecemos todos os membros da Asprecam e Soldado da Borracha.

Só comuniquei ao Cerimonial aqui, que a gente conhece as pessoas. Não está anotado, mas eu quero aqui agradecer imensamente a visita de dois grandes amigos, o Haroldo, que é vereador de Cujubim, o olho do furacão. Obrigado pela presença. E de forma especial, meu grande amigo, meu representante no Município de Cujubim, meu assessor, que é o Jonas da Feira. E agora também foi eleito. Jonas já foi vereador. Estava aí nos representando, e agora será vereador novamente. Parabéns. Parabéns. Acompanho de perto o trabalho e gratidão por sempre levar o nosso nome. As maiores emendas que eu tenho lá em Cujubim foi a pedido do Jonas, que é a feira. Então já leva o nome "Jonas da Feira". Obrigado pela presença, meu irmão.

Também agradecer a presença de Ricardo Botelho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Ricardo Botelho, obrigado pela presença.

Todos que não foram mencionados, gente, obrigado pela presença de cada um de vocês. Está aqui o Zoca. Agradecer mais uma vez aqui em nome do Zoca todos os amigos do Soldado da Borracha. Agradecer a paciência também. Sei que não é fácil e sei o quanto está todo mundo sofrendo. Francisco sempre me liga angustiado, e é natural isso. Imagina você da noite para o dia ter a sua segurança jurídica ameaçada, a sua terra, a sua casinha. Então, é natural essa angústia. E esperamos em Deus que consigamos amenizar essa situação.

Por favor, gostaria de pedir para a nobre Deputada Dr^a Taíssa a leitura da Ata da última reunião.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Uma boa tarde especial a todos presentes, aos vereadores, às lideranças, aos presidentes de associação, ao nosso presidente tanto da Comissão, como futuro Presidente da Assembleia Deputado Alex Redano. E também ao meu colega de Parlamento Deputado Pedro Fernandes. E a todos os servidores desta Casa e a quem nos acompanha de forma on-line.

(Procede à leitura da ata da reunião anterior)

Lida, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Por favor, registrar o material de Expediente recebido.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Quero, primeiramente, agradecer a Deus por mais uma oportunidade de estarmos aqui. Cumprimentar o Francisco, Presidente da Associação do Soldado da Borracha, acompanhado pelo Nego do Cargo, o senhor Aloísio e Zoca. Hoje tivemos reuniões importantes tratando desse assunto, que não é tão fácil.

Quero cumprimentar o Presidente da Câmara de Cujubim, o Vereador Herlon, parabenizar pela reeleição;

cumprimentar o Vereador Jonas, que volta de novo a ser vereador. Parabéns Jonas pela eleição; Vereador Haroldo, também está aqui, parabenizar pela reeleição. Saíram de uma campanha há poucos dias e estão aqui em Porto Velho participando desses processos.

Cumprimentar a todos presentes, as pessoas que vieram para serem ouvidas. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Recebemos o material que vai ser anexado ao processo.

"Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a criação de 11 Unidades de Conservação.

Associação dos Produtores Rurais e Pecuáristas Soldado da Borracha, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 16.640.425/0001-03, com sede no Lote 1, Gleba 07 – Jacundá, Setor Manoa Projeto Fundiário, zona rural do Município de Cujubim/RO, vem pelo presente expor e ao final requerer o que segue:

A Associação representa os moradores do Projeto Fundiário Alto Madeira, Gleba Jacundá, Setor Manoa, de conhecimento público que sobre esta área, um dos decretos objetos da investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito criou a Estação Ecológica Soldado da Borracha.

Por essa razão, estamos oficialmente encaminhando a essa Comissão de através de mídia e documentos digitalizados, vídeo do senador Confúcio Moura, então governador à época, em entrevista ao canal SIC TV, no qual, infelizmente declarações distorcidas da realidade dos fatos, imputam aos moradores/proprietários daquelas áreas, a pecha de grileiros, invasores e destruidores do meio ambiente...

Os documentos que oportunizamos o encaminhamento visa auxiliar os trabalhos da Comissão, e, também esclarecer à população e os setores midiáticos que os fatos narrados e justificações para criação da unidade de conservação no Soldado da Borracha não passam acusações gravíssimas sem fundamento probatório e legal.

Pelo exposto, requer a juntada da presente mídia e documentos aos autos.

Termos em que pede deferimento.

Porto Velho/RO, 17 de outubro de 2024.

Antonio Francisco de Andrade – Presidente-ASPROMUC".

Passo ao Presidente para solicitar... isso precisa votação para anexar ou a gente só acolhe?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Deputados é o seguinte: esse é um documento - que a CPI recebe todo e qualquer tipo de documento -, um documento encaminhado pelas pessoas que têm interesse, é uma mídia de vídeo. Evidentemente, que nós já vimos antes, é um recorte, mas iremos disponibilizar para não ficar uma coisa contextualizada, a íntegra do vídeo, e já que nós recebemos, a CPI acolhe. É uma mídia que está disponibilizada no canal SIC TV, então

não tem segredo, nem nada, podemos acolher e exibir a mídia, se for o caso, ok?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Ok. Vamos exibir.

(Apresentação de vídeo no telão)

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ok, deputados. O vídeo é uma entrevista bem extensa e eu vou pedir, posteriormente, que a Assembleia disponibilize, no mesmo link da transmissão, o vídeo na íntegra que consta da entrevista da SIC TV, ok?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passo a palavra agora aos deputados, ou se quiserem deixar... Desculpa, tem mais material para ser aprovado? Aqui na ordem do roteiro está a palavra dos deputados.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Nós recebemos materiais agora há pouco, em decorrência, por exemplo, do vídeo. A Associação dos Produtores Rurais e Pecuaristas Soldados da Borracha fez um requerimento com Inteiro Teor para levantar todas as matrículas do Soldado da Borracha, a fim de encaminhar à CPI como instrumento de prova de que aquela área é uma área titulada, estruturada, com Títulos expedidos desde de 1982.

E uma parte dessas matrículas estão nos dois Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca de Ariquemes, e outra parte está na Comarca de Porto Velho. A Comarca de Ariquemes não teve objeção em fornecer a relação dessas matrículas. Mas, eles encontraram dificuldade com uma resposta negativa ao requerimento da associação, em relação ao Cartório do Primeiro Ofício da Comarca de Porto Velho.

Eu gostaria de sugerir, deputados, à Comissão que elaborasse um Requerimento via CPI para que fosse disponibilizado, como instrumento de prova à essa Comissão, a relação dessas matrículas com o Inteiro Teor delas. Até porque não existe sigilo na matrícula dos registros de imóveis; é de direito público.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vou fazer o requerimento e o Presidente coloque em votação.

Requerimento para ao Cartório de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício da Comarca de Porto Velho, para que faça a expedição e forneça a certidão de consulta de todas as matrículas, bem como o Inteiro Teor de cada uma delas relativo ao projeto fundiária acima descrito (Projeto Fundiário Alto Madeira, Gleba Jacundá, Setor Manoá), pertencentes à base territorial de Porto Velho. Observando que as referidas certidões sejam expedidas de forma digital e encaminhadas por e-mail para a Comissão, que irá fornecer o e-mail no documento expedido aqui pela nossa CPI da Assembleia Legislativa. Então, solicitando essa documentação ao Cartório de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício de Porto Velho.

Presidente, vamos pôr em votação o Requerimento?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em votação o Requerimento. Como vota a nobre Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Pedro Fernandes, como vota?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto "sim".

Fica aprovado o Requerimento.

Tem um novo Requerimento Deputado Pedro? Por favor, pode fazer a leitura?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Requerimento autorizando a participação do técnico da Assessoria Jurídica, de acordo já aprovado no plano de trabalho, para o uso da fala e prestação de esclarecimentos e indagações aos depoentes nessa sessão de oitivas.

Vamos aprovar esse Requerimento. Coloque em votação, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Coloco em votação. E eu acho muito justo e vai nos ajudar muito. O Doutor Doca é um advogado muito, muito dedicado à causa, tem contribuído muito com a CPI, com vários trabalhos aqui na Casa. Então, é importante a aprovação deste Requerimento.

Como vota a nobre Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Como vota, Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Também voto "sim". **Fica aprovado o Requerimento.**

Vamos deixar as falas dos deputados para o final e vamos dar início. Eu passo a palavra então, já aprovado agora, para o Doutor Doca dar início às oitivas.

Quero, mais uma vez, agradecer, em nome da nossa amiga Dalita, a presença de todos vocês aqui. É de suma importância esclarecer os procedimentos, tirar qualquer dúvida da CPI. Então, mais uma vez, muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pela ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu só peço a gentileza, Doca, para a gente começar a indagar a Sebastiana, que ela parece que tem uma consulta e começar as indagações por ela. Por uma questão de consulta, está tão difícil essa questão de saúde. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Com a palavra, Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Deputado, antes de iniciar, eu quero trazer aqui um esclarecimento. As pessoas que serão ouvidas hoje, nós qualificamos, nós convocamos e serão ouvidas como testemunhas.

Então, as pessoas que são ouvidas como testemunhas precisam prestar o compromisso de trazer a verdade. Havendo verdade pelo sistema que foi feito aqui, não é nem o sistema correto, porque as testemunhas, não sei se vocês participaram, tem algum advogado, as testemunhas ficam em apartado, são chamadas uma a uma, para que uma não ouça o depoimento da outra para não ficar aquela coisa encaminhada. Mas, não faria sentido nós ouvirmos vocês aqui apenas como informantes, porque não teriam o compromisso de dizerem a verdade. Tampouco vocês também são indiciados, que teriam o direito de se calarem e optarem por não responder.

Então, vocês não são indiciados, vocês estão aqui como testemunhas para prestar esclarecimentos nos processos administrativos que deram origem à criação dessas 11 unidades de conservação. Vocês são técnicos, na sua maioria engenheiros, biólogos, são técnicos da área e vão prestar esclarecimentos às questões relativas aos processos.

De início, eu não vou conduzir o interrogatório, vou apenas auxiliar e complementar naquilo que falte, porque isso é um mister dos deputados, mas conforme aprovado o Requerimento agora há pouco, eu estarei auxiliando e intervindo quando eu compreender necessário, de forma técnica. Então, os deputados têm um roteiro em mãos, vão conduzir, naquilo que restar alguma lacuna para esclarecer eu intervenho. Ok? Compreendido pelos senhores?

Deputada Dr^a Taíssa ou Deputado Pedro Fernandes, os dois o mesmo roteiro de questionamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Pedro, com a palavra.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Vamos falar aqui da Lei 9.985/2000 da criação e implantação e gestão de unidades de conservação. Então, essa lei e o decreto que regulamenta a criação de unidade de conservação, Decreto 4.340/2022, a categoria de manejo, objetivos, etc. A gente vai iniciar o interrogatório. Eu vou

passar para a Deputada Dr^a Taíssa, e vamos ouvir agora a Dona Sebastiana.

Deputada Dr^a Taíssa, pode iniciar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada. Só reforçar que todos aqui, como o Doutor Doca relatou, estão como testemunhas para prestar esclarecimentos sobre os atos e eventos ocorridos dentro dos processos administrativos que deram origem a criação de 11 unidades de conservação sob investigação desta CPI. Estão cientes?

Dona Sebastiana, gostaria que a senhora me esclarecesse efetivamente, quando a senhora esteve nas unidades de reserva, com data, pelo menos se a senhora se recorda o ano e o mês que a senhora esteve nessas unidades de reserva com data, pelo menos se a senhora se recorda o ano e o mês que a senhora esteve?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só antes do início, Dona Sebastiana, a senhora por favor diga o seu nome e a ocupação.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – O meu nome é Sebastiana Socorro da Silva Almeida, sou Engenheira Florestal de Segurança do Trabalho. Trabalhei durante quase 40 anos no Governo do Estado. Hoje em dia, pela transposição estou no Ibama, sou analista ambiental do Ibama. Trabalho de exportação hoje em dia, exportação, recuperação de área. Isso. E na Sedam trabalhei muito tempo com área de manejo florestal, com unidade de conservação, licenciamento e o que "pintava" a gente participava.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. A senhora poderia me descrever? Vamos começar pelas 11 reservas que estão aqui, a senhora pode me descrever quais são elas?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sinceramente, nobre deputada, eu não lembro o nome dela. Inclusive, a única que eu participei do levantamento florístico, que é a que fica próximo, fica no rio Machado na margem direita, e faz divisa com uma unidade da Rebio Jarú (Reserva Biológica do Jarú) foi a única que eu fui na área, em que eu participei do levantamento florístico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Essa é única reserva que a senhora foi na área, a senhora não recorda nem o nome da reserva?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Desculpe doutora. Eu não lembro o nome. Desculpe, doutora, pelo espaço de tempo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quando a senhora prestou esclarecimento, agora, a senhora acabou de falar que fez o levantamento florístico, não é?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – O que seria esse levantamento florístico?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Seria o levantamento da vegetação ocorrente na área, da vegetação remanescente abaixo de 45 centímetros e acima.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, especificamente, a senhora foi determinada para ir nesse local para ver a questão somente das árvores que tinham. Mais nada.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Mais nada.

A SRA. DRA. TAÍSSA – O que tivesse a mais disso, pessoas, produção, a senhora não teria que catalogar?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Qual foi o ano e o mês que a senhora esteve lá?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Eu creio que foi em 2018, mas sinceramente eu não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A senhora foi responsável por alguma elaboração de estudo técnico preliminar para fomentar e para dar base para criação de reserva?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não, não fui responsável. Porque, na realidade, tinha todos os técnicos da Coordenadoria de Unidade de Conservação foram convocados para participar desses, para a criação dessas 11 unidades.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Isso, quando?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Se não me engano, 2018.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A senhora tem certeza do que está falando?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não tenho certeza, não tenho.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Como a senhora falou que somente foi em uma e a senhora não se recorda. Nesse local que a senhora foi, a senhora chegou, mesmo que não tenha catalogado, visto moradores lá na localidade?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Essas que a senhora chegou a visualizar e não foi foram para os seus relatórios, elas tinham produção?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Tinham. Inclusive, uma colocação da Dona Joana, fica na “boca” do rio Juruá, Juruá com rio Machado, que eles são extrativistas, inclusive eles são, como na época eu era gestora da Reserva Rio Preto Jacundá, reserva estadual, a Associação Asmorex ampara, eu digo que ampara porque ela dá o maior apoio para o pessoal que está no rio Machado, para esse ribeirinho do rio Machado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, quer dizer que a senhora visualizou as pessoas, viu produção, mas não foram catalogados em nenhum momento.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim. Sim. Não foram catalogadas, porque não cabia no momento. O levantamento florístico é focado apenas para a vegetação. Não para levantamento socioeconômico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, não foi feito nenhuma catalogação enquanto a senhora esteve lá, a senhora confirma?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Eu confirmo, mas, assim, o meu trabalho não era levantamento de produção. Não caberia, eu nem tenho perfil para fazer esse tipo de levantamento.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Existiam pessoas que não foram registradas?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A pergunta é essa.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Eu não sei. Eu não sei foram registradas. Não sei.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela senhora, foram registradas?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não, porque não caberia. Não caberia no meu levantamento.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, não foram. Em alguma vez a senhora esteve, pisou no Soldado da Borracha?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Estive lá, mas em ocasiões anteriores, antes da criação da reserva quando tinha manejo florestal para fazer vistoria de projeto de manejo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, não especificamente para o item que nós começamos a conversa: criação de reservas.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para contribuir, deputada. Dona Sebastiana, vão exibir uma imagem na tela. Eu quero que a senhora identifique se a sua assinatura está nesse documento.

(Apresentação de imagem no telão)

Dona Sebastiana, a senhora consegue identificar sua assinatura nesse documento?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Consigo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Esse documento está encartado nos estudos como “técnicos que realizaram os estudos para criação das unidades”. Essas assinaturas são dos técnicos que foram lá e realizaram estudos no Soldado da Borracha, no Umirizal e nas outras. Ou seja, a assinatura da senhora no dia 28 de dezembro de 2017. Então, a senhora não participou desses estudos nessas outras unidades de conservação, à exceção do Rio Machado?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Sim. Não participei no campo, mas na parte de, por exemplo, elaboração de texto, todos nós participávamos. Se você escrever uma linha de um documento técnico, você participou. É assim que funciona no governo. Se você fizer uma mera observação, uma retificação em um documento dentro do projeto, dentro de qualquer relatório, você participou.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Mas, a senhora lembra o que a senhora fez dentro desse relatório?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Ah, não lembro. Porque era muita coisa. E principalmente que ele era físico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, quer dizer, só me esclarece, que eu fiquei com uma dúvida. Quer dizer que a senhora assinou um documento constando lá que eram técnicos para criação de reserva, onde a senhora nunca esteve nessas reservas, nem fisicamente, nem verificou nada?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não. É porque eu devo ter contribuído com a parte técnica em alguma parte lá de vegetação, qualquer coisa, elaborado, retificado um texto, qualquer coisa. E eles consideram assim, eles consideravam assim, que todos os técnicos que tinham cargo em comissão assinaram, ele colocou nessa comissão. O coordenador à época colocou. Inclusive está faltando gente nessa comissão.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, então é uma comissão meramente documental.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - É documental, mas o que eu falo, por exemplo, levantamento socioeconômico não consta ninguém aí. A gente não atentou à época. Quem fez, deveria fazer aquele questionário, o levantamento sobre o questionamento que a senhora fez há pouco, ele não consta aí. Inclusive, a gente não atentou que tem colegas nossos que eram do administrativo na Sedam e estão na comissão.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, assim, só para esclarecer, significa que toda essa documentação que foi feita, ela foi meramente documental, in loco não teve nada.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Deve ter ocorrido; deve, não, ocorreu in loco porque a gente sabia que estavam viajando para cá e para ali. Ocorreu.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Não, mas a senhora viu essas pessoas nessas reservas que a senhora nunca nem foi?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não, eu nunca fui.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É porque o fato de a pessoa dizer que saiu para uma reserva tal, se a senhora não estava, como é que a senhora pode confirmar que esteve?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - O que a gente pode informar é que todas as fotografias da Sedam, dos projetos, documentos, elas são georreferenciadas, usava o Timestamp. Então, tinha a coordenada lá do local.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, reiterando a minha pergunta. A sua assinatura está ali com base apenas nos documentos que a senhora visualizou administrativamente, mas no local a senhora nunca esteve?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Tem outras pessoas que nunca estiveram lá, que a senhora pode citar o nome dessa documentação que foi apresentado?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Ai, meu Deus, pior que eu...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mostra o documento novamente, Doca, por gentileza.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Eles são, é porque assim, é como se nós avalizássemos esse documento para a criação. Ele não está sugerindo. Esse documento propõe uma criação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – O documento fala o seguinte, Dona Sebastiana.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Dona Sebastiana, para contribuir. Esse documento é uma declaração dos técnicos que realizaram os estudos.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – A participação da senhora lá é "Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira".

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – A senhora não participou lá como datilógrafa, fotógrafa, nem nada.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Porque o que se busca aqui é o seguinte, a engenheira florestal Sebastiana do Socorro Almeida esteve, participou do estudo da criação da Unidade de Conservação Soldado da Borracha?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Como engenheira?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. No campo, não. Contribuí textualmente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Textualmente de que forma? Qual documento a senhora produziu?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA

ALMEIDA - Com certeza na parte de composição florística, de vegetação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dona Sebastiana.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas a senhora disse que só foi no Rio Machado.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim, só fui no Rio Machado, mas no texto a gente pegava, o documento era disponibilizado para todos nós e nós retificávamos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - A senhora é engenheira, não é?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Sou.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – A sua assinatura... a senhora é responsável, é tipo assim: se a senhora vai fazer um laudo de algo, a senhora é responsável por aquela autorização que a senhora dá, não é?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim, sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Aqui, a senhora é responsável pela criação dessas reservas. A senhora atesta que elas... como a senhora atesta que elas realmente tinham...

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Potencial...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O perfil, tinham todo esse estudo, sem fazer in loco? A senhora disse que não esteve nas áreas.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Esteve em uma área buscando algumas informações, mas a senhora não esteve nas áreas. Um exemplo: no Soldado da Borracha, quais foram os critérios principais utilizados para definir que ali seria uma Estação Ecológica?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sinceramente, Deputado, eu não lembro desses critérios. Existem, têm os critérios dentro do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, mas assim, os critérios adotados pela coordenadoria à época, eu não lembro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Senhora Sebastiana, o que se busca esclarecer aqui

é se o estudo foi realizado pelo técnico legalmente investido na função. Do que a senhora nos disse aqui, então podemos compreender que o seguinte: a senhora, como engenheira, trabalhou no gabinete em cima dos projetos. Seria isso? Do projeto de estudo.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Isso, isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - E a pergunta do deputado é: qual critério, por exemplo, para o Soldado da Borracha? O Soldado da Borracha, por exemplo, só a título de esclarecimento, se a senhora trabalhou em um projeto tão grandioso, há de se lembrar. É uma área de assentamento do Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), dada aos soldados da borracha, com Título expedido desde 1982. São 42 anos.

Eu quero crer que uma engenheira, experiente como a senhora, não haveria em algum momento, de mesmo no escritório, se lembrar de relatar que aquela área toda era escriturada? De ter isso no relatório dos estudos. E qual o critério para se adotar que ali fosse criada uma Estação Ecológica - uma das unidades de conservações mais rígidas do regime jurídico, que é restritiva, sequer, se pode andar lá dentro.

Considerando que, se foi feito um estudo, aquela área está cercada de vias, para lá e para cá, de crianças para irem na escola, que hoje sofrem. As crianças hoje sofrem ali, de não poder arrumar as estradas, por quê? Porque aquela área, dado os estudos que foram feitos lá, é uma Estação Ecológica e as pessoas não podem tráfegar lá dentro, não pode... A senhora compreendeu a gravidade e a natureza da pergunta? É saber se a senhora trabalhou nesse estudo ou não trabalhou?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Eu vou eu tornar a repetir, deputado. A parte socioeconômica e a parte fundiária é que atentam para esse detalhe. Eu me ative, como engenheira florestal, só a parte de vegetação. Porque era tudo fatiado, setorizado. Cada um de acordo com a sua qualificação, sua capacitação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E como a senhora avaliou a vegetação de lá da área? Como é que a senhora teve... Vamos dar um exemplo aqui, o Soldado da Borracha. Como a senhora fez esse estudo da vegetação do Soldado da Borracha, que a senhora assinou aqui também, na criação dela. Como a senhora fez para saber qual a vegetação que tinha ali, qual a proporção para a senhora dar um parecer? Esse documento foi feito por outro, essa coleta lá, in loco, foi feita por outra pessoa ou a senhora... Como a senhora fez esse trabalho?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Esse levantamento deve ter sido, à época, feito por outra equipe. E o trabalho nosso, era verificar a

questão, chegava o levantamento...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Senhora Sebastiana, eu quero que a senhora fale com certeza, é sim ou não? fica vazio para nós.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim, sim. Sim, foi feito por alguém.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Porque, a senhora estava lá presente, a senhora assinou ali?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Assinei, mas não estive presente, Deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E a senhora é responsável.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Então, a gente, sem ter ido ao campo, a gente focava o quê? Nomenclatura científica, se o nome científico daquela espécie estava compatível; se a cartaimagem que ele apresentou de determinada localização, tinha vegetação realmente, era só isso. No meu caso, como engenheira florestal.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Esse laudo que a senhora, fez essa documentação, está toda anexa aí, dentro desse processo, Doutor Doca? A parte que a senhora elaborou?

O SR. SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – A parte de vegetação, a parte de vegetação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E como funciona a vegetação? Qual o critério que a senhora adota para dizer que lá tinha que ser uma Estação Ecológica? Em vez de outro tipo de unidade de conservação?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Na realidade, não fui eu que me manifestei dizendo: "Não, vou criar lá esse tipo de unidade". Eu não lembro no momento como é que ocorreu essa definição, como foi determinado se aqui vai ser uma estação ecológica, uma APA (Área de Proteção Ambiental), que vai ser sei lá, ou um outro tipo de categoria de unidade de conservação.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Dona Sebastiana, nesse Relatório Técnico Florístico que a senhora elenca e que consta em um dos processos, há fotografias e pegadas de onça, mais parecendo um trabalho feito por biólogos. Todo esse relatório que existe é um documento apócrifo, sem assinatura digital ou assinatura física.

É possível acreditar em um documento apócrifo sem assinatura? A senhora daria credibilidade a esse documento?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Com certeza não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Qualquer intervenção ou estudo que a senhora, como engenheira, saia a campo para fazer e que vá se expedir dali um documento com a expressão técnica de engenheiro, a senhora não precisa da expedição da Norma de Técnica?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Precisa.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Foram expedidos a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) desses documentos? Desses estudos, para cada técnico que elaborou que seja, digamos, pelo que vejo aqui, tinha engenheiros trabalhando como datilógrafos, juntadores de imagem, de arquivo e acervo fotográfico, é isso?

Parece, indica - sem querer conduzir, evidentemente, a senhora como testemunha -, que todo esse estudo, esse relatório expedido, não era necessariamente obrigatório a expedição da ART, considerando ainda que era servidores públicos do Estado?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - É deveria ser anexado a ART, assim como a Emater, há um tempo atrás, o próprio CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) exigiu, que todos os engenheiros apresentassem a ART. Mas, no Governo do Estado, na época, aliás, a Sedam, que eu me lembre, nunca exigiu que fosse apresentada a ART.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só um adendo. Então, como já não cumpriu a ART, a senhora também não tem como garantir se cumpriu o estudo técnico prévio da criação das unidades de reserva?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Deputada, eu não saberia responder sinceramente, porque há muito tempo, não é de hoje, que o Governo do Estado, nós todos, eu, com 40 anos de governo, nunca assinei uma ART para o Governo do Estado e sempre cumpri as tarefas que me foram incumbidas.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, essas unidades de reserva gradativamente não cumpriram os requisitos que a legislação determina, os parâmetros. Correto? Sim ou não?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Deveria sim, deveria estar anexado a ART.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas não houve?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não, não está anexada ART de nenhuma.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Houve consulta pública para a criação das unidades de reserva?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não, não lembro. Não lembro, Doutora.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mesmo a senhora assinando, validando a criação, a senhora não se recorda?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - A única que eu lembro assim, remotamente, creio que 2016, foi Umirizal, que houve uma Audiência Pública.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, Consulta Pública.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - É. Não, que eu saiba não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tá. Então, reitero a pergunta: houve a elaboração dos estudos técnicos preliminar?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Esse seria um estudo técnico preliminar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A questão só das árvores e o local que a senhora não foi?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim, esse seria um estudo preliminar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Do quê? Porque a senhora só foi em um lugar, que a senhora não lembra o nome?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não, sinceramente, tanto é que se apresenta com proposta para criação.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, um estudo apócrifo?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem ser socioeconômico? Sem catalogar as pessoas?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Ele é um estudo prévio, porque a partir da manifestação do jurídico da Sedam, dar-se-ia prosseguimento ou não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, a senhora confirma que o decreto do governador

foi embasado em um estudo prévio, não em um projeto definitivo?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – É um estudo prévio. Tanto é, que é uma proposta. O documento lá em cima está: Proposta para Criação de Unidade de Conservação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E tudo isso foi baseado apenas em documentos e não in loco. No seu caso, Dona Sebastiana.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – É, eu falo no meu caso.

A SRA. DRA. TAÍSSA – É. A senhora só pode falar pela senhora.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Em nenhum momento a senhora esteve in loco verificando as informações, apenas os documentos que chegaram para a senhora?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Os documentos chegavam para mim com relação a, acho que era FES (Floresta Estadual), FES Rio Machado. Uma coisa assim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E a sua assinatura lá não condiz com o que efetivamente a senhora fez? Porque lá, em momento nenhum consta que a senhora apenas estava fazendo análise documental, fala da criação das reservas. Então, não condiz com o que a senhora fez efetivamente?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Para mim condiz, porque o que conta para mim é o que está lá no alto do documento, que fala de proposta para criação. Quem assina o documento? Todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas ali não está dizendo “foram pessoas que contribuíram de forma parcial”. Não está isso. Então, condiz ou não condiz?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não condiz.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem mais perguntas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só para encerrar, Dona Sebastiana. A senhora, como pagamento por este trabalho, digamos, prestado na elaboração dos estudos, a senhora recebeu algum pagamento extra, além do que recebeu da Sedam, por um, digamos assim, algum projeto ambiental, do exterior, algum projeto tipo, gratificação pelo Funbio

(Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), alguma coisa nesse sentido?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Nós não recebemos gratificação alguma. O que nós recebemos foi, no caso, quem se deslocava até as áreas, recebia diárias.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Da Sedam?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Do Programa Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia).

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Do Programa Arpa? O Programa Arpa é um fundo para?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – O Programa Arpa é um programa do Ministério do Meio Ambiente para proteção de áreas protegidas e a agência financiadora é o Funbio.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É o Funbio. Esses recursos eram pagos diretamente pela Sedam? Adentrava nos cofres do Estado ou feitos pelo Fundo especial? A senhora sabe?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Era pago diretamente pelo Fundo. Porque assim, eram oito unidades, se não me engano, oito unidades de conservação que recebiam recursos do Programa Arpa e cada uma dessas unidades tinha um gestor, um responsável pelo recurso. E cada gestor era responsável pelo seu CPF na administração desse recurso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – A senhora sabe se esses estudos foram, a senhora recebeu algum desses recurso pagos pelo Banco KFW (Banco de Desenvolvimento Alemão), um banco alemão?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Eu recebi diárias.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Diária.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – No período em que eu estive lá na reserva.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Mais alguma pergunta, Deputado Alex?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pode falar, Dona Sebastiana.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Só a título de complementação. O KFW é

um dos financiadores do Programa Arpa. São vários doadores internacionais.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ok.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito importante os esclarecimentos. Eu sei que às vezes a gente fica um pouco apreensivo, um pouco nervoso, mas o intuito da CPI, realmente, é esclarecer. E sempre falar a verdade. Provavelmente, o local que a senhora foi é Reserva Rio Machado, não é, Doutor Doca? Pelas características.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Ela faz limite com a Rebio do Jarú, lado direito e do lado esquerdo, Rio Machado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero aqui pedir licença a todos para cumprimentar o nosso amigo Fábio Camilo, grande jornalista, está aqui acompanhando a CPI. E falar que estamos muito felizes, uma satisfação te ver bem. Está na luta pela saúde. Vai dar tudo certo, meu irmão. Seja sempre bem-vindo aqui à Casa de Leis.

Por favor, Doutor Doca, pode dar continuidade. Algum deputado tem mais algum questionamento?

Eu acho que foi bem conclusivo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu só queria agradecer, Dona Sebastiana, pelo esclarecimento. Como o nosso Presidente falou, aqui o intuito é a gente trazer a verdade aos autos e como foi feito o procedimento.

E também não poderia deixar de saudar e dizer que a gente está muito feliz, porque, graças a Deus, você está se recuperando, Fábio. E a gente fica muito contente de você estar aqui na nossa Casa, essa é a sua Casa também. Você contribui muito com o nosso trabalho como imprensa, porque traz a informação para o povo rondoniense. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode ficar à vontade, Dona Sebastiana.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Só mais uma observação. Na qualificação dos servidores, tiveram algumas informações trocadas. Tem dois falecidos, que é o Elli Shockness e o Osvaldo Castro. O Elli era engenheiro, o Osvaldo era extrativista. O Paulão, à época, era administrativo, a gente estranha porque, nem a gente atentou para isso, porque o nome dele estava naquela comissão. Ele só dava apoio administrativo para nós. O apoio administrativo era na elaboração de solicitação de diárias, questão de veículo, essas coisas; era o trabalho dele. E outra, o Dárius, colega nosso, é jornalista; ele não é extrativista. É turismólogo, desculpe. Perdão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Então, é

importante trazer à tona essas situações.

Quero deixar um abraço aqui da família Salton, do Ronaldo Salton, trabalha com a senhora, não é?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Isso.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Então, muito bem-vinda aqui. E aqui vocês estão sendo ouvidos como testemunhas. É para realmente esclarecer os fatos. Muito obrigado, Dona Sebastiana.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Muito obrigada, Presidente. Obrigada ao nobre deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado esclarecedor. Vamos para a próxima pessoa a ser ouvida. Deputado Alex, está com a relação aí? Dalita.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Tem a Dalita e o Dárius. E várias pessoas on-line. Vocês querem ouvir as pessoas que estão on-line primeiro?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Pode ser.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Então, vamos conversar com a Dalita. Mais uma vez, obrigado pela presença.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Obrigada. Boa tarde, Senhor Deputado Alex Redano e os demais membros que compõem a Mesa. Eu sou engenheira florestal e estou trabalhando aqui na Assembleia Legislativa, junto com o Deputado Cirone; e estou aqui para prestar o que for produtivo e ajudar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode iniciar.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Deputada, pode conduzir aí o interrogatório.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A palavra com a Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só reiterando que a senhora se encontra como testemunha para esclarecer a verdade dos fatos nos eventos ocorridos dentro dos processos administrativos que deram origem à criação das 11 unidades de conservação sob a investigação desta CPI.

Senhora Dalita, por gentileza, consegue esclarecer o que efetivamente a senhora fez em relação a essas unidades de conservação, qual foi efetivamente a sua atuação?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Então, na época que eu participei foi do levantamento socioeconômico, em três reservas: a Bom Jardim, Serra Grande e Rio Jacundá. Eu fiz o levantamento socioeconômico que foi

ir na propriedade, nos locais, e levantar os moradores, a subsistência, como que era; e foi mais ou menos nesse sentido.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Bom Jardim, Serra Grande e...?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – E Rio Jacundá.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Rio Jacundá?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Quando a senhora chegou lá no local tinham moradores trabalhando?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Eles tinham produção de gado?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Era agricultura familiar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Agricultura familiar.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Exato.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O que tinha de agricultura familiar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Extrativismo. Tipo, na Serra Grande, extrativismo como borracha... É... Deixa eu ver. Ah, agora eu não me recordo. Fiquei um pouco nervosa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Fica tranquila. É só para a gente esclarecer.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Enfim, era extrativismo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Quanto tempo a senhora passou nessas localidades?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Então, aqui, como Bom Jardim é ao lado, foram cinco, acho que quatro dias, que a gente fez de levantamento socioeconômico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Em Serra Grande?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Aqui em Bom Jardim. Serra Grande também foi mais ou menos uns cinco ou seis dias.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Cinco ou seis dias. E Rio Jacundá?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Também. Jacundá.

A SRA. DRA. TAÍSSA – É, Jacundá. E cinco dias foi o suficiente para percorrer todas — efetivamente todas as propriedades — catalogar, fotografar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tá. Todas tinham moradores lá e trabalhando na agricultura familiar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Certo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tá. Todos esses moradores que estavam lá, encontram-se dentro desse processo da criação das reservas?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Como que é? Não entendi.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Todos esses moradores que a senhora catalogou encontram-se no processo da criação das reservas?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Agora eu não estou tendo acesso a esse processo para saber se os moradores que estavam lá estão no processo. É isso que você perguntou, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Isso.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Então, não tem como te responder. Só se eu pegar na íntegra.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A senhora se lembra, quantas pessoas a senhora chegou catalogar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Lá em Rio Jacundá eu acredito que tinham umas 12 famílias, em média. E já aqui em Bom Jardim, umas 20 famílias. Serra Grande, como foi o entorno, não foi especificamente dentro da reserva, foi no entorno da reserva, então eram bastantes famílias e, realmente, tinham até a produção de gado ou agricultura um pouco maior, entendeu?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Doze famílias. Então tinha produção?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Na Serra Grande, no entorno, sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Soldado da borracha a senhora esteve alguma vez?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não fui no Soldado da Borracha. Eu até vi agora, ali, que tem minha assinatura — e depois a gente chega nessa parte —, mas não cheguei in loco no Soldado da Borracha e nem...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Nenhum estudo socioeconômico?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Não fiz, não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Umirizal?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Também não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para complementar a pergunta da deputada. Esse estudo social que você.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Socioeconômico.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Socioeconômico. Ele também é uma atribuição do serviço da engenharia ou ele poderia ser feito, por exemplo...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Por qualquer um.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Por qualquer um.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Exato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não precisaria necessariamente ser uma engenheira?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Essa não, no caso você está aqui como engenheira que participou, mas você foi lá como um, digamos...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Eu fui como uma técnica, porém não dá para caracterizar...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas não é um trabalho necessariamente da engenharia florestal.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Exato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não é um relatório técnico florestal.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Ele está dentro do relatório, digamos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim, sim, está dentro do relatório, mas não seria, digamos, essa atribuição aqui seria específica de alguém?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Própria. Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Por exemplo, para ingressar com uma ação no Poder Judiciário, eu preciso ser um advogado. Para eu fazer uma cirurgia eu preciso ser médico? Para eu elaborar um estudo socioeconômico eu não preciso ser engenheiro?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Socioeconômico, não, qualquer um pode ir lá fazer o socioeconômico, exato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Quería esse esclarecimento. Pode continuar, deputada. Desculpa a intervenção.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vou aproveitar então. Eram feitas reuniões com a equipe que estava participando dessa criação dessas 11 reservas? Era feito lá na Sedam com o Secretário, a equipe que coordenava? Como funcionava?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Então, no momento que eu estava na parte da CUC (Coordenadoria de Unidade de Conservação) no setor de unidade de conservação, eu fiquei muito com a parte de guarnição do policiamento do Parque Estadual Guajará-Mirim. Eu ficava cuidando mais das guarnições de policiamento. Quando começaram esses estudos, eu até passei por um procedimento cirúrgico, daí tinham equipes técnicas que eram designadas, mas eu não sei o nome de todas as equipes técnicas ou técnicos que foram designados. E através disso eu, acredito eu, que deve ter tido reunião, entendeu?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você participou de alguma para você ir nessas localidades?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Só quando foi designado para ir fazer o levantamento socioeconômico do Bom Jardim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você se reuniu com quem? Com o diretor diretamente ligado a você ou com a equipe?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Era com a equipe. Ele delegava e a equipe. O coordenador delegava e ia a equipe, não é? A gente acabava cumprindo...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Quem era o coordenador na época?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Denison Trindade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O Trindade.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Tem dois Trindade. Tem o Trindade que hoje está à frente, que é o coordenador.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não é esse.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não é esse. É o outro que saiu e foi trabalhar para empresa.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Para a Permiam.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Para a Permiam. Que é a empresa investigada aqui na CPI.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – O Denison está aqui nos autos aqui, chefe. Eu pediria que colocasse novamente aquela imagem com as assinaturas.

Dalita, você viu a imagem agora há pouco.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Vi.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu estou com ela aqui na tela, no monitor. Tem uma moça escrito “Dalita Rover”. Essa assinatura é sua?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Essa assinatura está posta na participação dos estudos para criação da Umirizal.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – De todas, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Está em todas, quer dizer, esse documento, sem mudar a data, nem nada, é uma cópia, está encartada como essa equipe participou dos estudos na elaboração dos estudos dessas onze.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Doutor Doca, uma sugestão aqui. Vamos supor, Limoeiro. Foram feitos os estudos. Como a gente sabe, foi tudo em 2017, eu acredito, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Certo.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Teve mais ou menos uns três meses. Então, por que não, talvez, fazer, puxar as diárias das equipes que foram? Porque teve deslocamento. Daí você consegue ter uma precisão bem certa das equipes que foram in loco, em campo,

entendeu? Já que aí não está todo mundo que participou do in loco. Eu, por exemplo, fui uma técnica que participei do levantamento socioeconômico de algumas unidades, da minoria.

Então, para fazer um levantamento mais preciso talvez puxaria esse levantamento das equipes que realmente foram, que você vai ter pelas diárias.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim, exatamente; mas, por exemplo, o trabalho que você, pelo seu relato, desenvolvido. Porque apenas dessas três que você numerou aí, apenas duas são objetos da investigação, que é a Serra Grande e a Bom Jardim; a outra, Jacundá.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – É, Rio Jacundá.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Essa não faz parte da investigação.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Certo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, esses estudos que você fez lá foram estudos socioeconômicos, mas o relatório de estudos consta...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Da parte de fauna, flora, essas coisas não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – De todos os processos.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Meu, não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, não consta. Eu - sem indução, evidentemente -, um relatório desse para construir e afirmar que esses técnicos fizeram um estudo do levantamento do Soldado da Borracha, do Umirizal, da Ilha das Flores. Esse documento é verídico, é verdadeiro?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Doca...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Eu estou perguntando a Dalita. Se a Dalita participou desses estudos, porque se eu subtrair esse processo por uma análise jurídica em apartado, eu vou ter a Dalita como engenheira florestal, que pelo que você indica aí, nem igual a Senhora Sebastiana no processo de coleção de fotografia, participou.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - É isso?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Então vamos

lá. Teve um corpo técnico, certo? Dentro desse corpo técnico, eu fiz o levantamento socioeconômico. Hoje, eu falar que dá para, como engenheira, falar que por essa proposta, o parecer total de uma área, não tem como, entendeu?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Eu vou refazer a pergunta.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Refaz.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - E de forma direta.

A Engenheira Dalita da Silva Rover. Você, em algum momento, participou dos estudos da área de proteção Rio Pardo?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Floresta Estadual do Rio Pardo?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Estação Ecológica do Umirizal?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva Pau-D'Óleo?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Pau-D'Óleo, não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Pau-D'Óleo, não.

Do Parque Estadual Abaitará?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Do Parque Estadual Ilha das Flores?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não, também.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva Sustentável Rio Machado?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não, também.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Sim, que foi o entorno. Na verdade, eu fiz o entorno.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então não é toda ela, só a parte do entorno.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não, foi a parte que é do entorno. É onde é a zona de amortecimento, entendeu?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Ah, tá.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Sim, mas aí ela participou.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Participei.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não como engenheira, mas pelo menos esteve presente no estudo, ok?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Isso, isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Bom Jardim, "uhum".

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - E da Estação Ecológica Soldado da Borracha?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Então, é seguro afirmar que esse relatório que afirma que você, que Dalita da Silva Rover, participou dos estudos - eu vou ler como está aqui: "técnicos que realizaram estudos para criação das Unidades"...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Estudos técnicos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Dessas que você negou ter participado, que esse documento seria uma inverdade, uma fraude? Porque ele consta que você esteve lá ou que participou alguma forma, indiretamente?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Eu participei de alguma forma indireta, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não, dessas você acabou de dizer que não participou.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não, dessas não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu me dou por satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só reiterar aqui o questionamento. Então, significa que a tua assinatura no documento, falando especificamente das 11 unidades de conservação, não está correto? Pode responder que aí...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Então, não. Se for dessa...

A SRA DRA TAÍSSA - Tá. Foi feito, em relação às 11 unidades de conservação, a elaboração do estudo técnico preliminar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Aí eu não sei te informar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Nem em relação a essas Reservas, até mesmo a senhora assinou as 11 unidades de conservação, houve consulta pública?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Eu acredito que em algumas houve consulta pública, mas eu não fiz a consulta pública porque eu não fui designada para isso.

A SRA DRA. TAÍSSA - Só para reiterar, você está sendo ouvida como testemunha. E aí, para trazer a verdade dos fatos. Em relação à informação que você viu, que você ouviu, em relação às 11 unidades de conservação, houve consulta pública?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Houve consulta pública.

SRA. DRA. TAÍSSA - De qual delas?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - A Rio Jacundá foi uma das que teve consulta pública.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só dessa. E qual mais?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – A Rio Jacundá, não é objeto da investigação.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – A Estação Ecológica, tipo, Soldado da Borracha, acho não teve porque não é, não cabe, não é, segundo a legislação. E nem o Umirizal. Então, eu acredito que não teve consulta pública por isso. Então, mas eu não quero entrar nesse mérito porque não cabe, entendeu?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então não teve? Em relação às outras?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Igual eu falei, se eu participei de um levantamento socioeconômico de

três áreas, a pergunta é não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – “Uhum”.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – A resposta é “não”.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Então, só para reiterar. Lá no documento que o Doutor Doca falou, ele se refere a uma, praticamente uma comitiva, que assinou validando essa criação de reservas. Essa sua assinatura, não condiz em nada às 11 criações de reservas?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Sem mais perguntas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Só para concluir. Desse seu estudo socioeconômico, você quando foi a campo, foi expedida a ART?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não, porque... não. Não, não foi expedido em momento algum desses estudos, foi expedido ART. E isso também acho que cabe a coordenadoria, aos chefes, porque a gente era subordinado. Então, você acabava obedecendo ordens ali, entendeu?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim, mas a apresentação...

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu venho com outro questionamento...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Outro questionamento que eu vou fazer também, tem técnicos que não estão aí nessas assinaturas, mas que participaram da criação das unidades. Então, por isso que eu estou te falando que...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, você me leva a concluir que documento encartado é fraudulento, porque os técnicos que participaram não constam da relação, e os que não estão aqui...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Aí vocês têm que se subentenderem.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – A sua afirmação é que técnicos que trabalharam não estão na relação. Aqui tem um documento assinado por Jorge Lourenço da Silva.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Eu acredito que teria que fazer uma nova...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É porque a gente tem que trabalhar com o que estão nos

autos, evidentemente.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Certo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, o que que temos do processo? Denison Trindade, o coordenador, assinou aqui no dia 28 e tem dizendo que os técnicos que lá fizeram todo o estudo, que por sinal estão nos autos apócrifos, sem assinatura de quem foi que fez. Tem ali um relatório e não se sabe quem. E o seu depoimento conduz e induz a percebermos que o documento que está nos autos não é verdadeiro; é uma fraude. Porque se outros técnicos trabalharam e eles não fazem parte da relação, por quê?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Por quê?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Por quê?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Tem algum que você pode citar o nome, que trabalhou, que você lembra?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Ah, eu não quero citar nomes não, acho que não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Não? Obrigado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só mais uma perguntinha, deixa eu pegar uma informação aqui.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só para esclarecer, a Dona Sebastiana relatou que ela recebia alguns valores do Fundo. A senhora também recebia?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Então, a Sedam funcionava assim, a parte da CUC: o Arpa, que é um programa fora daqui que paga por diárias e subsídios para você ir à unidade, fazer fiscalização e monitoramento. Então, por aí eu acredito que deve ser, se eu recebi por alguma fiscalização e monitoramento que eu tive in loco. Mas eu acredito que, até o levantamento socioeconômico, talvez eu tenha recebido pelo Estado. Não sei se foi pelo programa Arpa. Geralmente, eu não fazia diárias; não era uma técnica que estava sempre em campo, porque eu fazia mais a parte administrativa, entendeu?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Entendi. Então, só para reforçar: na sua assinatura da criação das 11 reservas de unidade de conservação, a senhora pode afirmar que, poderia, vamos dizer assim, boa parte foi apenas em documento e não efetivamente in loco, vendo se tinha pessoas ou se não tinha, como é que estavam?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Eu acredito que foi equipes técnicas sim, in loco.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, mas da senhora? É da Dalita.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Você fala como?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Da senhora. Que ali a senhora fala da criação de 11 unidades.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Parte sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só das três e mais nada.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Exato, sem mais.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Quilvia Carvalho, a senhora conhece? Já ouviu falar? Trabalhou nesse projeto de criação? Quilvia Carvalho.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Não lembro, não me recordo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Nunca trabalhou nesse projeto.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Nunca nem vi lá.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Nenhuma empresa nesse sentido?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Tinha alguma empresa fazendo esse tipo de trabalho?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Que eu lembre, não, Doca. Assim, eu lembro que ia técnicos a campo e, depois, no final, relatórios parece que foi a Ecoporé, que chegou finalizar os relatórios, entendeu, dos técnicos que foram em campo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Tá. Eu me dou como satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só um questionamento: essa Ecoporé que a senhora falou aqui, finalizou os relatórios. Qual foi a empresa? Ela é um órgão público, empresa privada?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – **(inaudível – fora do microfone)**

A SRA. DRA. TAÍSSA - É uma ONG (Organização Não Governamental). Mas a pergunta é: os relatórios que foram base para vocês assinarem foram feitos por uma ONG?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Então, aí eu não sei. Eu sei que eu assinei só esses últimos relatórios finais.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sim. Mas assim, além dos

relatórios que chegaram para vocês validarem a criação das 11 reservas, também vieram relatórios de ONG?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não sei te falar isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O que essa Ecoporé fez mesmo? Que você falou.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Ah, eu não sei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você falou que...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Ela juntou, fez os relatórios.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Ela participou na elaboração do relatório final do caso.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – É, isso, isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Pegou de todo mundo.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – É isso que eu entendia ali, por estar ali.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Ela tinha um convênio com a Sedam? Como é que funciona? Qual o interesse dessa ONG?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não sei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você não sabe, não é?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não sei te dizer.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Isso me reaviva a memória. Sabe em que época? Porque esses processos, em 2018, quando foram editados os decretos, quer dizer, o decreto é o último ato do processo administrativo.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Certo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ou seja, todo e qualquer estudo teria que ter sido feito antes disso. Logo em seguida, que os decretos do governo foram lançados, e a Assembleia Legislativa fez 11 Decretos Legislativos sustentando os efeitos dos do Executivo. O Ministério Público ingressou com Ação Civil Pública e juntamente com o Governo do Estado contra os Decretos da Assembleia.

Os processos administrativos que aparelham a Ação Direta de Inconstitucionalidade, não tem nenhum relatório. Esse relatório, que eles chamam têm o apelido na Sedam de "livro azul", "capa azul", ou seja, só foram agrupados aos processos administrativos agora recentemente com a instauração da CPI, porque a CPI

requereu os documentos e esses documentos foram agregados. E você diz que tem a Ecoporé, que muito provavelmente participou dos relatórios. É isso?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não sei.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Não sabe?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Ok.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Mais alguma pergunta?

Pesado, não é, amiga? Mas é importante ser verdadeiro, falar "olha, realmente aconteceu, isso, isso e isso". Tem muitas coisas que a gente imagina, praticamente tem certeza, mas é importante os esclarecimentos dos fatos, a comprovação.

Tem alguma pergunta, Deputado Pedro?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – A Ecoporé.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não adianta me perguntar da Ecoporé. Melhor não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Me preocupou, porque a gente precisava esclarecer por que essa Ong teve esse papel de estar junto ali. Essas pessoas ficavam dentro da Sedam direto, indo lá, você via elas por lá?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Eu não acompanhei essa parte. Mais com a coordenação. A gente era técnico.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Você não quer falar, mas tem alguma coisa. Mas, está bom.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu vou fazer uma pergunta, Dalita. Eu quero que você fale, com seu conhecimento mesmo, se você imagina que tem alguma relação, qual o seu entendimento com relação dessa empresa Permiam Global, crédito de carbono, relação da empresa no crédito de carbono com influência na Sedam e criação das reservas? Qual a sua opinião como profissional, como pessoa?

Nós vemos aqui tem um dos principais coordenadores da criação das reservas hoje funcionário dessa empresa, Permiam Global. E os estudos apontam que é um valor acima de R\$ 1 bilhão de lucratividade em cima do crédito de carbono.

Vocês como funcionários, você como funcionária, qual a visão? O que, na época, se falava quando teve essa licitação de crédito de carbono? É uma coisa pessoal sua, "olha, minha opinião."

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Olha, deputado, eu vou ser bem sincera, que eu sou um pouco leiga nesse assunto, apesar de estar bem em evidência.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – No olho do furacão.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Na época, eu não cheguei a acompanhar essa parte do carbono, não cheguei a saber como funcionava essas tramitações, nem tive tempo de estudar o carbono até agora.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Entendi. Obrigado. Ok, Dalita. Muito obrigado.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A Dalita, gente, trabalha na Casa junto com um grande colega nosso. O Deputado Cirone faz parte também. Então, agradecemos a sua presença espontânea. Nosso muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada, Dalita.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado, Dalita, pelo depoimento. Da minha parte, você está liberada.

Vamos ouvir o Dárius, que está presente, depois vamos ouvir o pessoal que está on-line. É isso, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agradecer à Dalita, pode ficar à vontade. E agradecer ao Dárius, o seu nome não me é estranho, mas é a primeira vez que está participando conosco aqui.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – A gente já se viu por aí.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Seja bem-vindo. Nosso muito obrigado por participar aqui da nossa CPI.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Dárius, peço para que você se identificar, falar se você trabalhava lá na época, qual a sua função. Se apresentar para a gente conhecer o senhor.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Perfeito. Boa tarde senhores deputados, deputada, aos presentes. Quero agradecer imensamente essa oportunidade de ser ouvido hoje. Eu vejo essa polêmica das unidades de conservação há bastante tempo e agora nós, técnicos, estamos sendo ouvidos. Então, cumprimentar os senhores deputados que estão dando esse espaço para darmos os nossos esclarecimentos e participar do processo.

Eu sou especialista em Desenvolvimento Ambiental. Minha função é turismólogo e eu estou na Sedam. Minha primeira missão foi, realmente, quando eu cheguei na Sedam, recebi a missão de participar dos estudos técnicos para a criação das unidades de conservação. E assim, criar uma unidade de conservação é um motivo de orgulho. Para qualquer país desenvolvido é uma, foi com muita satisfação que eu trabalhei na criação dessas unidades de conservação. Até porque a gente estando na Sedam, somos ambientalistas e o auge de você ter um sistema de unidades de conservação saudável no Estado é motivo de orgulho.

Eu só lamento que estejamos aqui no inquérito sendo interrogados; porém o senhor falou da Lei 9.985, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e lá fala, certamente, da criação de cada unidade. Mas, enfim, eu estou à disposição para responder aos senhores e falar a respeito dessa iniciativa, desse nosso empreendimento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu vi que o senhor já se declarou que trabalhou e colaborou na elaboração dos estudos técnicos das 11 unidades.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Dessas 11 reservas, em qual o senhor participou diretamente e qual era a sua função?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Deputado, que eu me recordo, fazem quase 10 anos, eu estive na Serra Grande, estive na Bom Jardim, foi a primeira que eu fui; até em uma missão em que a Dalita esteve, tinha um sociólogo com a gente lá — o senhor perguntou para a Dalita sobre a questão técnica —; eu fui em Bom Jardim, fui na Ilha da Flores, eu fui também na Unidade de Conservação Surpresa, chegando lá nós vimos. A deputada falou sobre as audiências públicas, não é isso? Consulta pública.

O processo, a lei permite a você facultar: consulta pública ou oitivas. Eram poucas pessoas, nós optamos pelas oitivas. E em cada processo desse que foi mandado aqui para Assembleia, foi mandado um DVD. Eu entrevistei as pessoas, questionei onde elas assinaram o acordo na criação da unidade de conservação. Foi tudo filmado. Nós temos os registros em vídeo, o DVD de cada unidade dessa em que nós fomos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, o senhor não foi nas 11 unidades, o senhor foi...

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Não, eu não fui nas 11 unidades. Se o senhor falar o nome aí, eu me recordo delas. Foram: Ilha das Flores, Bom Jardim, Serra Grande; a Limoeiro eu fui, mais de uma vez inclusive.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Em Umirizal, o

senhor esteve?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não, senhor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Pau D’Óleo?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não, senhor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Soldado da Borracha?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Rio Pardo?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Também não fui em Rio Pardo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Abaitará?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Ilha das Flores o senhor falou que foi.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - É.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – A Rio Machado, o senhor esteve lá?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não, senhor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Limoeiro?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Serra Grande?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Serra Grande.

Na Limoeiro, eu fui fazer o levantamento faunístico juntamente com a equipe de técnicos e, a gente assim, vai, faz o relatório e os analistas dão os pareceres. É assim que acontece. E na Limoeiro não tinha habitantes. Nós fomos fazer oitivas, mas consultamos todas as pessoas. Não tinha dentro, mas tinha uma colônia de pescadores a montante no rio Santo Antônio.

A Dalita falou da Serra Grande. Em Serra Grande não tinha. Tinham 3 moradores dentro. A gente circulou tudo, por isso que ela foi no entorno. Só para os senhores terem uma ideia, Ilha das Flores é um parque.

O que eu queria falar também é: que a gente precisa nivelar algumas situações. Se os senhores permitirem.

A gente fala aqui de reservas e, assim, o Sistema

Nacional de Unidade de Conservação, o SNUC, divide, classifica, duas categorias de unidade de conservação, que são unidades de conservação, não são reservas; e a gente fala geralmente “reservas”. As unidades de conservação têm algumas que são de proteção integral, onde não tem ninguém dentro, não permite, são biomas sensíveis.

O senhor perguntou: “Como que decide uma categoria de unidade de conservação?” Uma unidade de conservação se classifica para proteger populações tradicionais, com cultura, modo de vida, são unidades de uso sustentável; onde se permite morar pessoas dentro; e, proteção integral, onde são para preservar mesmo o meio ambiente.

E onde há proteção integral, realmente, não moram pessoas; elas moram no entorno. Mas, assim, depois da criação da unidade de conservação é feito um documento chamado Plano de Manejo, onde as pessoas dão as opiniões, falam o que querem, a gente cria regras, elas mesmas criam as regras de convivência e de como vai funcionar aquela unidade de conservação. Uma estação ecológica e proteção integral, por exemplo.

E o Serra Grande seria parque, proteção integral; mas como nós vimos que só haviam três moradores, mudamos a categoria para uma RDS.

Em Surpresa, quando nós chegamos em Surpresa, nós recebemos a ordem para ir lá, não foi decisão nossa, certo? É uma decisão política criar unidade de conservação.

Chegamos em Surpresa, fizemos a oitiva, fizemos uma consulta pública, fomos no Idaron e em todas as instituições; Emater, a gente pesquisa todos. “Ó, estamos aqui criando uma unidade de conservação, vamos fazer uma reunião na praça central. O senhor quer participar, por favor?” E foram as pessoas. Aí falaram: “Não, mas aqui nessa localidade tem o assentamento do Incra”.

Então ejetamos da categoria, tiramos a Surpresa. Não tem na lista aí, mas antes, no projeto, tinha a Surpresa.

Então, quando a gente vê um problema a gente vai in loco, consulta a população e, conforme as colocações, a gente muda o plano, tira da lista.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, vou fazer uma pergunta para o senhor. Na criação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, se o senhor que tivesse ido lá e visse os moradores, as pessoas lá, seria o mesmo caso dessa?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Seria. Seria se tivesse uma população. Veja bem, uma unidade de conservação é criada para proteger populações tradicionais e cultura. Se a gente vê que existe uma população fazendo uso do meio ambiente ali, com o modo de vida peculiar dela, nós protegemos. A Sedam às vezes é vista — não é? — porque a gente tem uma bancada muito, assim, focada no agronegócio. A cultura do Estado de Rondônia é pecuária, agronegócio. Então, tem uma resistência quando vê a Sedam, mas a Sedam é uma Secretaria de Desenvolvimento Ambiental.

Quando a gente vê que existe uma população que precisa ser preservada, mantida, a gente cria uma unidade de conservação dentro de regras, onde as pessoas vão viver em harmonia com o meio ambiente ali. Aí tem regras, claro que não pode desmatar, não pode fazer criação extensiva de gado. Então, as pessoas são os extrativistas. E como o senhor falou, a estação ecológica, eu não entendi o caso, a não ser que seja um bioma muito sensível.

Se for um bioma sensível ou uma população tradicional, aí se cria a unidade, as categorias naquela unidade de conservação. Eu não sei como foi categorizada essa Esec (Estação Ecológica) aí que o senhor falou, a estação ecológica, que é uma das categorias mais restritivas que tem.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para fazer um complemento. Gostei muito do seu esclarecimento técnico.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Muito obrigado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Porque é o que se cobra. O que se cobra nesses processos é isso que você acabou de dizer agora há pouco.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É uma responsabilidade.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Os estudos. Tanto que quando você elencou as unidades de conservações que você participou dos estudos, são unidades que estão no contexto geral porque fazem parte do pacote, digamos assim.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, elas não são as problemáticas.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É isso o que eu estou vendo agora.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – As problemáticas são aquelas em que as pessoas tinham Títulos expedidos em 1982 e que em 2018 aquela área, se você vir a foto de satélite do Soldado da Borracha, estava praticamente preservada. Por quê? Porque as pessoas que estavam ali tinham escritura pública e a comercialização maior era manejo florestal. E 2018, guardado um marco temporal de 2008, ou seja, dali só se poderia suprimir 20% daquela floresta. Então, esse estudo é o que essa CPI investiga. Você não participou do Soldado da Borracha?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Doutor, seu nome é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – João, Doca.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu vou fazer um breve comentário e já passo à pergunta.

Da Estação Ecológica de Umirizal você também não participou. Ali, originariamente, se tinha uma história de que estaria para proteger o umiri. Umiri que é uma arvorezinha que parece que só tem ali. Mas, a área do umiri é uma coisa insigne, perto do todo de quase 70 mil hectares. E ali tem uma problemática também do lago da usina, que avança contra as pessoas. O Terra Legal estava expedindo os Títulos ali, já tinha feito toda a regularização fundiária, inclusive com recursos pagos pelo Governo do Estado. Tem um processo que o Incra pediu. Quer dizer, era uma área já para ser regularizada. Eu trago essas informações porque muito provavelmente o que se busca aqui é saber o quê? Esses estudos foram feitos. Em algumas, nós observamos que realmente têm e são unidades de conservações que não são questionadas. As mais questionadas são essas duas — Umirizal e o Soldado —, porque elas têm escritura pública. Lá no Umirizal, tem gente com escritura pública, com Título expedido antes da contraordem que o Incra cessasse.

Então, o que estamos apurando aqui é o quê? Que se estes documentos encartados nos processos administrativos são a expressão da verdade do que ocorreu, de fato, ou se esse documento é produzido mediante fraude? Porque, eu vou citar aqui — eu acho que você já viu a imagem que a gente disponibilizou na oitiva da Dona Sebastiana e da outra —, se seu nome "Dárius Augustos Váquer Araújo", sua assinatura consta dentre as que estão aqui?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Consta, só que eu estou ali como extrativista. Eu vi algumas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim, para você ver o cuidado que tem com o relatório, não é? A seriedade da coisa.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu achei que foi um engano.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, a sua assinatura está aí?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não, mas você não consta como extrativista. É, pode ser, porque tem duas pessoas e o extrativista está indicando um depois da sua assinatura. Talvez não te qualificaram corretamente.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca)- A pergunta é: você participou dos estudos de outras Unidades, à exceção dessas que você elencou?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Essas que o senhor citou, não. Eu participei dessas. Mas, eu penso que não existe a questão de desapropriação, indenização por parte do Estado para as pessoas?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não. O Estado, só para complementar, essas unidades foram criadas em 2018, nós já estamos há 06 anos. Teria no máximo, pela Lei do SNUC, no máximo 05 anos, para que se fizesse um plano de manejo dessas unidades. Nunca teve nada.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - É, não teve nenhuma.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Inclusive, o Decreto está até caduco. Já padece de caducidade. Então, só para aclarar: não tem decreto de desapropriação, não tem plano de manejo, quer dizer, o SNUC está rasgado.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Nós temos o CEUC (Cadastro Estadual de Unidade de Conservação) que é o Estadual, mas é uma cópia do SNUC. O Estadual pode ser mais restritivo do que o Federal.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, essa é uma questão posterior, o que estamos a investigar é a origem. Se os estudos que a lei prevê que sejam feitos prévios, foram realizados. A pergunta, eu reitero, apenas para esclarecimento: nas demais unidades de conservação, conforme o Deputado Pedro enumerou aqui, você só participou daquelas que você nos demonstrou com pormenores.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Sim, senhor. Eu estive até mais de uma vez fazendo o socioeconômico...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Nas demais, nenhuma participação?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Essa assinatura está posta nos demais encartes aí de forma...

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Geral.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Equivocada.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – É, eu estive

nessas que eu citei. E têm os vídeos, têm os registros.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ok.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu queria só confirmar com o senhor, uma pergunta para a gente finalizar. Qual o nome da área que o senhor foi e observou que não teria perfil para se criar uma unidade?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Surpresa, RDS Surpresa. Seria uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que não tira os moradores, permite atividades agrofloretais. É diferente de uma Reserva Extrativista. Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável já permite atividades. E também, existem unidades que permitem a extração madeira também, de manejo florestal mesmo, são as Florestas Estaduais.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Que na época - eu estou fazendo essa pergunta aqui, eu gostaria que deixasse bem frisado na Taquigrafia -, eu era prefeito da cidade de Cujubim, na época que criaram a Estação Ecológica Soldado da Borracha.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Eu não tive a oportunidade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E pelo fato de o senhor não ter ido lá, se o senhor tivesse ido lá como o senhor foi em Surpresa, o senhor iria ter uma "surpresa" lá, e iria talvez, tomar uma decisão.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Se fosse um técnico da qualidade que o senhor mostrou aqui que fez o estudo...

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - As áreas que o senhor falou, a gente vê que elas, realmente, tiveram um perfil. E o senhor falando que chegou em uma área, e o senhor percebeu, a equipe que estava com o senhor, quem foi na área do Soldado da Borracha, às vezes, não identificou realmente com clareza.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E criou uma Estação Ecológica, uma área muito restritiva. Então, a gente quer comprovar, nesse trabalho que nós estamos fazendo aqui, a verdade.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Sim. Perfeito.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Que critérios

adotaram para criar algumas áreas?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Sim, deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Não são todas que a gente está aqui - às vezes a "olho nu", sem adentrar profundamente em todos os autos -, que agora a gente está fazendo as oitivas com os técnicos, e foi por isso que eu fiz essa pergunta. Eu quero deixar aqui frisado, isso aí. Porque era um perfil que tinha que ter sido analisado, ao meu ver, fora aqui do procedimento, com outros critérios.

E isso aqui me trouxe, assim, de ver que tinham pessoas imbuídas realmente, em transmitir aos autos, a verdade dessas áreas.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, a gente tem que ouvir também esses técnicos que chegaram lá no Soldado da Borracha, chegaram em Umirizal, que são áreas tituladas que têm um critério diferente das outras. Então, obrigado pelas informações, foi muito útil. Deputada Dr^a Taíssa, Doutor Doca, Deputado Alex, se tiverem mais algum questionamento... Da minha parte já está dispensado. Muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Como eu percebi que o senhor é bem técnico, eu gostaria de fazer um questionamento. Para a criação de unidade de conservação, ela deve estar precedida do quê?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Os estudos técnicos e os motivos que estão no SNUC: ou bioma ameaçado, ou uma área sensível. Por exemplo: a criação dessas unidades respeitou o zoneamento. Rondônia é um Estado pioneiro no zoneamento agroecológico-econômico. Foi o primeiro Estado no Brasil. E todas essas unidades, se o senhor for ver, são áreas propícias mesmo para criação de unidade de conservação. As onze.

A SRA. DRA. TAÍSSA - As consultas públicas ou até mesmo da forma que o senhor falou que foi registrado, gravadas as entrevistas, são pré-requisitos para a criação?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – As oitivas, ou consultas públicas, sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem os estudo e sem a consultoria pública ou as oitivas é inválida uma criação? Ou não pode nem ser criada?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Eu acredito que... Não. Faz parte.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Faz parte do quê?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Do processo de criação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Aí não poderia criar?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, agora eu vou para o próximo questionamento: o senhor relatou que foi em três locais, não é?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Quatro, acho que quatro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quatro, não é? Surpresa.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Quatro ou cinco, não é? Uma foi tirada, porque a gente viu, in loco, a gente viu que não tinha as condições.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Serra Grande, Bom Jardim, Surpresa.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Ilha das Flores.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ilha das Flores e Limoeiro, não é?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Limoeiro. Sim, senhora.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Nos outros locais, o senhor pode me esclarecer, o senhor fez algum estudo técnico lá?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Não, senhora deputada.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Alguma consulta pública?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Também não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Alguma entrevista?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Também não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, por que... O documento está, assinatura dele, não é? Sim. Por que o documento que valida a criação das 11 reservas, consta sua assinatura?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Porque eu fiz parte do processo de criação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Das 11 reservas?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – De cada

uma delas, não. Eu fiz parte da equipe que criou as 11. Deve ser por isso que meu nome está fazendo parte. Eu fiz parte da equipe que criou as 11 unidades. De uma só vez. Foi de uma vez criada. Mas foram várias equipes que se dividiam.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, então, o senhor me confirma. Se não tem nada disso, não tem estudo, se não tem consulta pública, se não tem entrevista, está inválido?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É, acredito que sim. Eu não sou do Direito, mas eu acredito que sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E outra coisa. A Ecoporé, como é que era o processo dela junto na Sedam?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Pois é, a Ecopré, eu não vi o movimento da Ecoporé. Eu acredito que alguém falou a Ecoporé, porque eu acho que o presidente dela já tinha sido, antes de eu chegar à Sedam, coordenador da CUC. Mas, a Ecoporé não a vi participando.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Algum relatório feito por eles?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não vi essa parte.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Em relação aos que o senhor atuou, não é? As outras o senhor não sabe.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não sei. Mas talvez algum técnico foi lá e ajudou a escrever algum relatório, talvez. Não sei informar. Não vi a Ecoporé.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Como o senhor é uma pessoa bem técnica, não é do Direito, mas percebi que o senhor tem bastante conhecimento, eu queria entender uma coisa. Como consta a sua assinatura falando de 11 unidades, 11 locais de reserva, se o senhor foi apenas em uma, duas, três, quatro?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Acho que cinco, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas uma não foi, então quatro.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É isso que eu já falei, eu fiz parte da equipe que criou as 11. Eu não estive em todas.

A SRA. DRA. TAÍSSA – O senhor não valida as 11? Porque o senhor não tem conhecimento da documentação?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – As que eu fui eu garanto que eu fiz os trabalhos.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E as outras?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – As outras, eu tenho só a satisfação de estar na equipe com grandes técnicos, e eu tenho certeza que os colegas estiveram.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, eu estou falando do senhor, não dos outros. E as outras?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Das outras, eu não sei informar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – O senhor não pode, não é?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu não posso.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Entendi. Então, significa que a sua assinatura não condiz com a in loco e fazer o procedimento conforme a lei prevê. Umirizal...

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Só das que eu falei, eu fui.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Serra Grande, não. O Soldado da Borracha?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu não fui nessas. Eu fui nas cinco que eu mencionei.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito.

Da Ecoporé, senhor falou não ver nada. Teve algum servidor da Sedam que, depois que passou esse processo das reservas, passou a trabalhar na Permiam Brasil?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – A questão da Permiam é outra situação. Foi posterior à criação das unidades de conservação.

A Permiam é uma empresa inglesa que trabalha com áreas de natureza vigorosa e negocia o crédito de carbono, dividindo com o Estado. Tanto que tem um contrato aqui numa unidade de conservação dessa empresa, a Permiam.

E, pelo que eu sei, eles trabalham com áreas acima de 50 mil hectares. Então, eu não sei se essas unidades têm mais de 50 mil hectares. A Permiam, nós fizemos um procedimento de manifestação de interesse na Sedam para serviços ambientais, em que empresas interessadas em fazer negócios com unidades de conservação se manifestariam. E foi aí que surgiu essa Permiam.

Era um procedimento de manifestação de interesse em turismo. Como eu sou turismólogo, então eu até recebi as pessoas da Permiam para uma reunião, e eles se interessaram apenas em serviços ambientais, que é a questão do crédito de carbono.

Mas, não deu certo, porque o parque estadual Guajará-Mirim, que era a unidade em questão na época, era uma unidade de proteção integral. Então, assim, as questões administrativas e legais não permitiam e estavam muito em conflitos, também o parque Guajará com questão de invasão. Então, eles não quiseram fazer e dar

continuidade no projeto com o parque Guajará-Mirim. Então, eles foram para uma outra unidade. Não foi dessas 11; foi a reserva extrativista do Rio Cátaro, que é lá em Costa Marques. Eles estão atuando lá, com um projeto bem consistente realmente, lá em Costa Marques. A empresa Permiam.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A pergunta que eu fiz, que eu queria que o senhor me respondesse: se teve alguma pessoa que trabalhava na Sedam que, após o processo das 11 unidades, passou a trabalhar na Permiam Brasil?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quem? Pode descrever o nome?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu não me recordo de todos, mas eu acredito que tiveram técnicos que foram exonerados da Sedam, não para ir para a Permiam.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, foi uma consequência, o próximo trabalho?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eles foram convidados para ir trabalhar na Permiam, como já tinham conhecimento da área a Permiam falou: "Opa, você já trabalhou na coordenadoria? Vem trabalhar com a gente". Porque eles cuidam de unidades de conservação também. Eu acho, acredito, que tenha sido esse o motivo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Teve, durante esse processo, dessas idas, que o senhor mesmo falou, que relatou que foi, vocês receberam algum valor de um Fundo?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – De forma alguma, deputada. Questão de diária, quando se fala em diárias, por exemplo, nós funcionários, servidores públicos, diária não é pagamento de serviço de ninguém. Diária é para fazer deslocamento, despesas diárias. Não consta nem na nossa Folha de Pagamento, nem no Imposto de Renda, diária. Porque diária não é pagamento de trabalho. Então, a diária é inerente ao nosso deslocamento. Foi isso que a gente, nada mais do que isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Recebeu da questão da Arpa?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É o Programa Arpa. É o Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Vocês receberam?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É uma política pública do Ministério do Meio Ambiente que alcança unidades de conservação aqui na Amazônia. Eles apoiam manutenção de unidades de conservação. E

o Programa Arpa apoiou a criação dessas 11 unidades, com diárias, combustível para as pessoas se deslocarem para criar. Nós somos pagos para criar unidades de conservação. Somos pagos para cuidar de unidades de conservação. E foi o nosso trabalho.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Obrigada.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu que agradeço a oportunidade, mais uma vez, de a gente ser chamado para sermos ouvidos aqui. Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado pela sua disposição.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só um comentário final. você levantou a questão que a criação das 11 unidades de conservação respeitou a lei de zoneamento.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, leis ruins trazem resultados ruins. O nosso zoneamento é ótimo. Mas os Títulos expedidos do Soldado da Borracha datam de 1982 e neles tem atividade que é a agropecuária. E o zoneamento foi lá e tornou a área Zona 2.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Doutor, acredito que se houve algum erro a gente precisa consertar os erros o mais rápido possível, antes que criem consequências maiores.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Seria bom. Seria bom, mas não é assim que funciona.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Se fosse tão simples a gente não estava sofrendo tanto, os produtores não estavam sofrendo tanto, as pessoas não estavam com tanta insegurança jurídica e nós, deputados, eu estou no primeiro mandato, o Deputado Alex Redano já está no segundo mandato e a gente está na mesma luta e as pessoas sofrendo. Imagina um produtor que tinha lá Título definitivo da sua propriedade e de repente, agora, é unidade, é reserva e simplesmente a pessoa não sabe o que fazer.

Infelizmente, como o senhor falou, quando é feito certo não dá problema, mas quando não faz o estudo, não vai na localidade, não faz o estudo socioeconômico, não vê quem está lá, não verifica a documentação, a gente sofre. E quem está sofrendo, na ponta, são milhares de pessoas que têm produção, que têm família e ainda sendo impedidos de os filhos poderem estudar, sendo impedidos, hoje, da manutenção nas estradas, sendo impedidos, hoje, de ter o sustento.

Infelizmente, hoje, é a realidade. Soldado da Borracha, Umirizal e outras localidades, estamos vivendo

um caos.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu seria o primeiro a apoiar as iniciativas, assembleias, eu não tive conhecimento dessa situação lá. Mas, eu seria o primeiro a colocar no relatório a situação e tirar da relação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado pela participação. A gente está aqui em busca dos fatos e como o senhor participou o senhor deu seus esclarecimentos. Muito obrigado.

Deputada Dr^a Taíssa, Doca.

E vamos agora ouvir, está on-line, a Sílvia Gonçalves, bióloga. Ela está on-line, vai participar com a gente.

Boa tarde, Sílvia. Oi, está ouvindo?

ASRA. SÍLVIAGONÇALVES(Por videoconferência)
- Boa tarde.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Sílvia, se presente, fale qual a sua profissão, aproveita e fala se você tem conhecimento do porquê você foi convidada a estar aqui hoje e se você participou desse processo da criação das 11 reservas.

ASRA. SÍLVIAGONÇALVES(Por videoconferência)
- Boa tarde, meu nome é Sílvia Gonçalves, sou gestora financeira do Programa Arpa, na Estação Ecológica de Samuel, desde 2015. Em relação às criações das 11 unidades, eu fui escalada para fazer o estudo da fauna na Serra Grande. Só, apenas, na Serra Grande, que estava indicada para ser um parque estadual Serra Grande. Chegando lá, vista a população que havia no entorno, então foi sugerido que seria a categoria de rendimentos sustentável.

Friso bem: só fui uma única vez fazer o estudo de fauna no Serra Grande. Não participei de nenhum outro estudo, de nenhuma outra unidade. E não assinei o relatório, como consta aí nessa figura que os senhores demonstraram.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Perfeito, Sílvia.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sílvia, só um questionamento. A senhora não assinou o relatório porque a senhora não concordava com a situação de 11 unidades de conservação?

A SRA. SÍLVIAGONÇALVES (Por videoconferência) – Muito pelo contrário. Eu não assinei o relatório por não ter participado dos estudos técnicos. Eu fui muito favorável à criação de todas as unidades de conservação e ainda sou favorável à criação de mais unidades de conservação.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A senhora pode abrir a câmera, por gentileza, para pegar a imagem? Porque a gente está

aqui em uma convocação da senhora como testemunha.

A SRA. SÍLVIAGONÇALVES (Por videoconferência) – Aqui estou eu.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca)– Boa tarde, Dona Sílvia. Muito obrigado pela presença. Dona Sílvia, eu acho que a senhora respondeu aos questionamentos que essa CPI busca, que é justamente saber se esses estudos foram feitos ou não foram. E a senhora foi taxativa: participou do estudo da Serra Grande, e, das demais, não participou.

A SRA. SÍLVIAGONÇALVES (Por videoconferência) – Exatamente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Todavia, nesse documento consta que a senhora participou do estudo das demais. Ele é um documento, então, que não expressa a verdade?

A SRA. SÍLVIAGONÇALVES (Por videoconferência) – Mas, eu não assinei o documento.

O SR. PEDRO FERNANDES – Ah, a assinatura da senhora não consta, então, desse elenco aqui? Só o nome?

A SRA. SÍLVIAGONÇALVES (Por videoconferência) – Consta aí a minha assinatura?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Vamos exibi-lo para a senhora confirmar: sim ou não. Por favor, exibe aí, a equipe técnica, aquela imagem. A assinatura da senhora está aí?

A SRA. SÍLVIAGONÇALVES (Por videoconferência) – Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ah, não está. Só o nome: Sílvia Gonçalves, bióloga. E a assinatura não está entre as presentes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu me dou por satisfeito no questionamento dela, já.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu também.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Eu também estou extremamente satisfeita.

A SRA. SÍLVIAGONÇALVES (Por videoconferência) – Posso fazer algumas considerações?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Pois, não.

A SRA. SÍLVIAGONÇALVES (Por videoconferência) – Esses estudos, na época, os técnicos da Sedam foram

divididos em equipes para fazer os estudos nas unidades de conservação. Então, nem todos estiveram em todas as unidades por conta da dimensão do nosso Estado e da distância de cada unidade. Correto?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Correto.

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Isso foi lá para o estudo. A outra consideração que eu gostaria de dizer aos senhores, em relação ao artigo 225 da Constituição Federal, que fundamenta e cobra do poder público, a preservação do meio ambiente.

No artigo 225 diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo (brasileiro) e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade (sociedade) o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Então, a criação das unidades está no inciso I, II, III e VII. No SNUC, no art. 22, § 4º, diz que: “Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta pública (...)”.

Dito isso, a criação dessas 11 unidades foi indicada pela realização do zoneamento socioeconômico e ecológico do Estado. Uma solicitação da Assembleia Legislativa, por acaso.

A criação de uma unidade de conservação constitui um mecanismo eficaz para proteção e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, prestando serviços ao ecossistema na sociedade e garantindo a sustentabilidade do agronegócio.

Então, vejam os senhores, as unidades de conservação são essenciais para a sadia qualidade do meio ambiente, inclusive, porque elas prestam serviços ecossistêmicos fundamentais para o nosso agronegócio, para o nosso desenvolvimento econômico do Estado.

E, ainda ressalto. Eu sempre digo, não é só aqui que eu falo, falo em qualquer outra palestra, em qualquer outra oportunidade; se cada árvore e se cada animal tivesse um Título de Eleitor, um CPF, as unidades de conservação não seriam questionadas e, sim, seriam estimulada a criação. Muito obrigada, senhores.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dona Sílvia, já que a senhora quis falar mais, eu quero fazer uma pergunta. Com a criação dessas unidades de conservação, vamos falar, efetivamente, a preservação do meio ambiente ganhou ou perdeu com a criação delas?

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) - Sempre ganha, nunca perde. A proteção do meio ambiente, a criação de espaços protegidos nunca perde, sempre ganha. Ganha o agronegócio, ganha a população e ganha o planeta. O senhor tem filhos, tem neto, tem bisneto, vai ter tataraneto. Qual é o planeta que o senhor quer deixar para as suas descendências? Quando no artigo 225 diz “preservar para os presentes” — nós — “e futuras gerações”, está dizendo dos seus descendentes.

A unidade de conservação nunca é prejuízo. Nunca perde. Sempre ganha. É sempre um ganho para o Estado. É sempre um ganho para a sociedade. É sempre um ganho para o planeta.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Estamos satisfeitos.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada, Dona Sílvia. Só que como a senhora é boa de legislação, a senhora não pode esquecer também do artigo 5º, que fala bem claro que todos nós somos iguais perante a lei, garantindo direito à liberdade, à igualdade, à propriedade; quando a pessoa já tem propriedade, à alimentação. Então, artigo fala bem claro. Antes da questão...

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Na criação da unidade de conservação, a propriedade é preservada; caso seja criada uma unidade de conservação de proteção integral, as pessoas que lá moram são indenizadas. Existe um mecanismo chamado regularização fundiária, que é a indenização dessas pessoas. Nas áreas que foram criadas à época não havia uma só pessoa lá dentro. Nem na Umirizal nem no Soldado da Borracha.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, sem estudo prévio não pode... A senhora está falando uma coisa que a senhora nem esteve lá.

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) - Os que entraram foram após os estudos realizados para a criação, foram oportunistas. O Soldado da Borracha foram entregues para pessoas centenárias.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então a senhora fala, Dona Sílvia, Dona Sílvia, por favor. Então a senhora está falando aqui que não morava ninguém no Soldado da Borracha quando foram criadas as 11 reservas? A senhora confirma isso?

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) - Confirmando.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Está ok. Satisfeito. Vamos lá, vamos ouvir outra. Quem é o próximo que está on-line, que está no ponto? Vamos ouvir agora a Priscila Rocha. Priscila Rocha, on-line, engenheira florestal. Oi, Priscila. Seja bem-vinda.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu quero que você se apresente. E se você tem conhecimento do porquê você está aqui hoje.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Então, como já dito, meu nome é Priscila, sou engenheira florestal de formação. Atualmente estou

cursando Mestrado de Conversação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto de Pesquisa Ecológica — IPE. E, sim, estou ciente pelo motivo que eu estou aqui fazendo parte dessa assembleia.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Fala para mim o motivo, por favor.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - É com relação aos estudos técnicos para criação das 11 unidades de conservação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você participou e colaborou com a elaboração dos estudos técnicos para a criação das 11 unidades de conservação, que é o objetivo dessa investigação?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Bom, sim. Eu fiquei incumbida na época de participar do levantamento florístico da RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) Limoeiro e não estive nas outras áreas, apenas na área Limoeiro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, só para esclarecer, tem um documento aqui que fala “técnicos que realizaram o estudo para a criação das 11 unidades de conservação”. E a pergunta é: a senhora foi nas 11 unidades de conservação e participou desse estudo ou não? A senhora acabou de falar que foi em uma, não é?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Exatamente. Passei apenas de uma, porque como a própria Sílvia falou anteriormente, os colegas, tínhamos grupos de equipes e eles eram divididos e eram encarregados de algumas ações.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, o documento aqui presente que fala das 11 não é verídico?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Bom, eu posso dizer que eu participei apenas da RDS Limoeiro e não participei das outras áreas.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E lá a senhora só fez o estudo florístico, isso?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Exatamente. Florístico e fauna também, porque tinha uma outra equipe comigo que ficou responsável pelo levantamento de fauna.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Você conhecia alguém da equipe que foi no Soldado da Borracha ou no Umirizal?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Não. Não consigo me recordar, sinceramente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – No Umirizal você

lembra de alguém que foi, que fez o trabalho lá, algum colega seu?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Você é engenheira, não é?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Você fez o trabalho como engenheira nesse processo de criação das Unidades?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Sim, fiz um levantamento preliminar da parte de flora e a outra equipe que estava comigo ficou responsável pela parte de fauna, da RDS Limoeiro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, as outras áreas você não conhece nem um engenheiro que ficou responsável pela equipe de lá, que foi lá?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você trabalhava na Sedam mesmo, na época?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Sim, trabalhava, na coordenadoria.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – E você não tinha nenhum colega seu que você falava: “Oh, estou indo lá para o Soldado da Borracha, estou indo lá para o Umirizal. Você não via...

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Eu conheço todos os meus colegas engenheiros que atuavam naquela época, mas eu não consigo me recordar para falar para o senhor, com toda certeza, qual é a área que cada um estava participando da pesquisa.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Está certo. Obrigado.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Eu posso afirmar que eu estava na RDS Limoeiro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Priscila, para complementar a pergunta do deputado, você teve alguma notícia que alguma outra empresa de qualquer natureza prestou serviço de estudos em algumas das criações de outras unidades?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Não, não tenho ciência, até mesmo porque o que eu me lembro, é que a equipe da Sedam estava responsável

por fazer esses levantamentos em campo. Todos que estiveram atuando diretamente nesses estudos, elaboraram os relatórios de viagens, então, até mesmo porque você tinha que prestar contas com relação à diária que você recebia, e todos esses documentos e relatórios foram assinados. De campo, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para concluir, creio que você está acompanhando a sessão on-line, eu não sei.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Estou.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Já foi exibido o documento aqui, várias vezes, uma relação de técnicos que fizeram os estudos prévios para a criação dessas unidades de conservação. A sua assinatura se encontra entre eles?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Sim, se encontra.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Esse documento está encartado em todos os processos, como sendo essa equipe na criação de todas as unidades, nos processos de todas unidades. Você já foi categórica aqui, disse que participou apenas da questão do Limoeiro, não é?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Exatamente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Seria dizer que esse documento para sustentar, como uma técnica que participou do estudo das demais, estaria sendo um documento que não teria validade, ok?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Bom, eu posso dizer que eu estive na RDS Limoeiro e não estive nas outras áreas, e não saberia te dizer, com certeza, se esse documento é válido ou não, por ele **(inaudível)** feito nas outras áreas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Você recebeu a cópia dos processos?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Recebi hoje.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Recebeu hoje, não é?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - É.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ok.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito da minha parte. Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Satisfeita, vamos para o próximo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Vamos convidar agora Isadora Araújo Chagas. Está on-line, Isadora?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) - Estou.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Boa tarde.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) - Boa tarde.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Seja bem-vinda.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) -Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você pode se apresentar e aproveitar e falar se você tem conhecimento do que estamos tratando aqui hoje.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) - Sim, meu nome é Isadora Araújo Chagas, sou engenheira florestal, mas no momento não estou atuando na área e, sim, estou ciente que fui chamada sobre as 11 unidades de conservação que foram criadas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Deputada Dr^a Taíssa, tem alguma pergunta?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Eu gostaria de saber, em quais, se a senhora foi em alguma dessas unidades, quais que a senhora participou? O que é que efetivamente a senhora fez?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) - Sim, eu participei de algumas, mas a principal foi a Parque Estadual...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Travou aqui. Tem que pedir para ela reconectar aí.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Oi, voltou? Pode Continuar. Isso.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) - Então, eu participei de algumas, algumas unidades, mas em especial o Parque Estadual Ilha das Flores. Eu fui fazer os levantamentos preliminares dos estudos socioeconômicos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Mais alguma você participou?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Sim, participei da Limoeiro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Limoeiro. Qual mais?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Isso. Eu não lembro, mas teve mais.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Ilha das Flores e Limoeiro, esse aí você tem certeza que você participou.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Isso. Essas eu tenho certeza.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Vou perguntar uma por uma e você me diz, que aí fica mais fácil.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Tá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Rio Pardo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Rio Pardo, participei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Floresta Estadual do Rio Pardo? Tem a Área de Proteção Ambiental Rio Pardo, que é uma. E tem a Floresta Estadual do Rio Pardo, que é outra. Você participou das duas?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não, participei só de uma, mas eu não recordo agora qual das duas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Estação Ecológica Umirizal. Você participou?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Não. Umirizal não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Fauna Pau D'Óleo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Em São Francisco do Guaporé?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Parque Estadual Abaitará, em Pimenta Bueno?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Não, também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Parque Estadual Ilha das Flores, em Alta Floresta?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Sim, participei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado, em Porto Velho?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, em São Francisco do Guaporé?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Participei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva Desenvolvimento Sustentável Serra Grande, em São Francisco Guaporé?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Participei também.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim, em Porto Velho?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Estação Ecológica Soldado da Borracha?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Ok.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A senhora falou que participou da Área de Proteção Ambiental de Rio Pardo, em Porto Velho e Bunitópolis. Quando isso?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Lembro o ano só. Foi em 2017, agora o período não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E o que a senhora fez lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- A gente fez o levantamento socioeconômico da área.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quem a senhora estava acompanhada?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Ah, eu não lembro. Faz muito tempo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Nenhum desses outros engenheiros, técnicos da Sedam? Ou empresas privadas?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Não. Porque a gente não foi só uma vez, fomos várias vezes. Então, nunca repetia a mesma turma, vamos dizer assim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quantas vezes a senhora foi lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Aí nossa, tem sete anos, não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tinha famílias lá trabalhando?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tinha pessoas que tinham criação de gado?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Também não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tinha pessoas plantando ou cultivando agricultura familiar?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não. Não lembro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Priscila, só para contribuir com a deputada. Você fez os estudos para criação da Rio Pardo?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Eu, não é, deputado?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Da Área de Proteção Rio Pardo?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Eu fiquei apenas na RDS Limeiro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não, não, Priscila, me desculpa, eu me equivoquei na data. Você já fez o seu depoimento. É a Isadora.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não, não lembro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ué, Isadora, mas.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Desculpa, não. Eu fiz sim, participei.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Do Rio Pardo? Mas qual trabalho você desenvolveu?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
– Mas, a que eu mais participei mesmo foi Ilha das Flores.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ah, então Rio Pardo você não participou?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Participei, mas como eu falei, fui poucas vezes.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas que trabalho você desenvolveu lá? Porque Rio Pardo tem particularidades que são muito presentes, a criação dela. Eu gostaria de saber qual trabalho que você como engenheira, desenvolveu lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- A gente foi fazer levantamento socioeconômico.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Socioeconômico lá de Rio Pardo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para qual finalidade lá? Para qual finalidade esse levantamento socioeconômico?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Para ver se tinham pessoas, moradores.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – E você não se lembra de ter encontrado pessoas lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não lembro, porque eu fui só uma vez.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ah, só foi uma.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- É, por isso que eu estou falando, o que eu participei mais foi a Ilha das Flores.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quantos dias você ficou lá?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sabe porquê? Porque Rio Pardo, Rio Pardo é uma parte. Esses decretos apenas delimitaram o que seria FERS (Floresta Estadual de Rendimento Sustentável) e o que seria APA (Área de Proteção Ambiental). Porque lá é uma área desmembrada da Floresta Nacional, por uma lei federal, e o que se buscava ali era dizer o que seria Área de Proteção Ambiental e o que seria Floresta Estadual Ambiental.

Então, há muita particularidade, ali é muito habitado,

ali é uma região que tem para mais de 10 mil famílias. Aquela região de Rio Pardo tem banco, posto de saúde, escolas, posto de gasolina; é inacreditável que você tenha feito um levantamento lá e não se lembre que tenha conversado com pessoas.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E não se lembre de nada.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) - Não. É como eu estou falando, eu fui uma vez, que foi um dia, e eu não lembro onde fomos. É isso que eu estou falando.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, então já que a senhora foi lá, na Área de Proteção Ambiental de Rio Pardo. A senhora hoje, reside em qual município do Estado?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) - Não, hoje eu moro fora do Estado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, tá! E o Rio Pardo ele fica próximo de qual cidade? Já que a senhora foi lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Ah, eu não lembro. Eu fui lá só uma vez.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, sim. Se a senhora não lembra onde fica, a senhora falou agorinha há pouco, a senhora ficou um dia lá.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – “Uhum”. Fiz um estudo em um dia. A minha parte foi só um dia.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, sua parte foi só um dia. Em um dia daria para catalogar todos os moradores lá de Rio Pardo, pela sua função de engenheira?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Não. Eu estou falando assim, eu fui um dia, mas outras várias equipes foram.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Não, eu quero saber da senhora. A senhora, como engenheira, tem como catalogar as pessoas que moravam lá em um dia, em Rio Pardo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Não, eu não. Uma parte. Uma parte, sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tá. E quantas pessoas a senhora catalogou?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Ai, moça. Como eu já falei fazem sete anos, eu não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas catalogou pessoas que moravam lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Não tem como lembrar. Creio que sim, eu não lembro, mas sim, fomos fazer o estudo, então sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A senhora chegou a ter conhecimento que tinha pessoas que tinham o Título definitivo da propriedade?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – No estudo sócio econômico você solicita a documentação das pessoas?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Sim, perguntamos.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E a senhora solicitou?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Creio que sim. Creio que na época, sim. Mas, na verdade disso, eu não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – De quantas pessoas?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Eu fui uma única vez. A que eu estou mais a par é a Ilha das Flores. Eu participei bastante.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, em relação a Rio Pardo, já que a senhora, já repetiu duas vezes, a senhora está mais a par da Ilha das Flores. E em relação a Rio Pardo, a senhora tem certeza que consegue confirmar que fez estudo socioeconômico lá? Já que a senhora não sabe nem onde é.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sim, o quê?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Consigo confirmar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – “Uhum”.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Todas essas diligências de estudos quando o servidor se desloca, ele recebe diárias. Se lembra o ano pelo menos, para a gente pedir o seu deslocamento para a região, já que a senhora não sabe onde é, de Buritis, para a gente ver?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Creio que foi em 2017. Não lembro muito bem, mas, se não me engano, o ano foi esse, 2017.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tá. Já que a senhora esteve na localidade, sabe me dizer sem tem posto de saúde lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Se tem criação de gado nas propriedades?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Eu já respondi essa pergunta, eu não lembro, gente.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu posso só dar um esclarecimento, para contribuir?
É que a APA é uma unidade menos restritiva de todas, ela é de uso sustentável. Por exemplo, nós estamos em uma APA. A beira do rio aqui até a usina, a estrada de ferro, está tudo dentro de uma APA.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Sim. Os estudos ali era só para definir o que era APA e coisa que não teve estudo de criação.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – No Nordeste existem APA's que que envolvem 30 municípios tudo dentro de uma APA. Então, a APA não é uma unidade que restringe, pode ter posto de saúde, pode ter posto de gasolina, pode ter várias coisas dentro de uma APA.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Dáriu, é o seguinte: o objetivo do processo aqui é esclarecer se os documentos que tem aqui, o relatório que diz que foi feito se ele foi feito de fato. Porque o papel que foi feito lá na APA está aqui, inclusive, com a sua assinatura. Você entendeu?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Só estou esclarecendo que a APA não tem problema ter gente, gado, pode ter. Só existem algumas regras.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Dáriu, senão se torna uma discussão que não é questão do tema. Eu sei que você quis contribuir. O objetivo da CPI aqui é esclarecer se os documentos que nós temos aqui, são documentos que demonstram o que de fato ocorreu lá. Por quê? Porque esses moradores nunca viram essas pessoas lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Porque para entrar com a Ação de Inconstitucionalidade contra, quando houve o decreto desafetando parte dela, o que se alega é que não tem estudo. E nós estamos aqui buscando as informações, apurar se, realmente, quando foi feito houve estudo. A gente já observou que houve estudos de partes, que já foi confirmado.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Só que precisa esclarecer isso, ninguém vai ser tirado de uma APA.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Não. Entendi.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas aqui a gente está falando de unidades de conservação, efetivamente, no caso aqui, os questionamentos. Só tem uma coisa que eu gostaria de saber da Isadora.

Isadora, você falou que foi uma única vez, um único dia lá em Rio Pardo. Eu gostaria de saber, esse estudo socioeconômico que a senhora disse que fez em um dia, foi efetivamente para o quê?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – No caso, para conhecer a população. Para saber a expectativa, qual o sustento das famílias, esse tipo de coisa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas isso não estava atrelada à criação de alguma reserva, não, não é?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Então, como eu falei. Eu fui para um levantamento preliminar para a gente conhecer a área.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, tá! Mas não para nenhum estudo, não é? Só um levantamento preliminar.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Um levantamento preliminar. Isso. Eu, eu, Isadora, fui para um levantamento preliminar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E esse levantamento preliminar em um dia não foi concluído, não é? Que a senhora disse que foi em um dia.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Não. Não. Eu não prossegui, porque eu fui para a Ilha das Flores.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, então, na verdade, foi uma passagem rápida.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Então a senhora não consegue nem definir efetivamente o que a senhora viu lá em Rio Pardo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem mais perguntas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Muito bem! Obrigado pela participação da Isadora. Obrigado pela sua participação.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu já me dou

por satisfeito, Deputada Taíssa também e Doutor Doca também.

Vamos agora com o Márcio Antônio Nunes Brandão, está on-line, Márcio?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Boa tarde, deputados.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Boa tarde.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Estamos aqui on-line.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Seja bem-vindo. Obrigado por estar aqui junto conosco participando.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Você tem conhecimento do porquê você está aqui?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Sim, sim, eu tenho conhecimento. Isso tem a ver com a questão da criação das unidades de conservação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Muito bem. E você atua como quê? Técnico? Engenheiro? Qual era a tua função?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Bom, me apresentando, o meu nome é Márcio, eu sou engenheiro florestal. Na época, eu trabalhava na CUC - Coordenadoria de Unidade de Conservação e trabalhava como engenheiro florestal na parte da geociência.

O que é geociência? Essa é a parte que você mexe com a elaboração de mapas e monitoramentos ambientais.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Muito bem. Você era chefe do setor, desse setor?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Isso, no meu CDS constava que eu era chefe de unidade de conservação, se eu não me engano. Eu não lembro e não me recordo, mas era alguma coisa relacionada a chefe de unidade de conservação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Como você mexia com os mapas, você foi in loco nessas unidades tirar os pontos?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Não, não. Então, vamos lá. O que é acontece? Da minha parte, que eu fui designado para delegado para fazer, era de atribuição técnica, para mim, na época, elaborar, confeccionar os mapas temáticos e os mapas dos polígonos dessas unidades de conservação

que estavam proposta para a criação.

Eu criei na época, 56 mapas. Elaborei esses 56 mapas, que são os mapas temáticos, que é geologia, geomorfologia, solos, relevo, hidrografia e também o mapa do polígono das unidades. Só que todos esses arquivos são chamados arquivos shapefiles, que são arquivos vetoriais prontos.

Esses arquivos vetoriais prontos a gente joga no software específico, é o QGIS, e lá a gente elabora um layout como se fosse um autocad. Sai uma planta baixa, no caso saíam os mapas. Os mapas das unidades de conservação.

Aí eu criei um layout, um modelo padrão, fiz esses mapas, para contribuir para os estudos também para a elaboração do documento técnico da escrita de todos os dados técnicos que estavam presentes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, você está confirmando que não houve um trabalho de campo.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Eu não fui em nenhum momento, nesses dias, para realização do trabalho de campo, porque geologia de geomorfologia, solo, relevo, geografia você não precisa. Isso são dados secundários. São dados que tem na base de dados geográficos do IBGE.

Então assim, a pessoa que tem expertise para realizar uma elaboração de mapa, vai nessa base de dados geográficos, toda pessoa que trabalha com o SIG, que é o Sistema de Informação Geográfica, que sabe manipular esses dados, ele sabe o local onde baixar essas bases de dados, que no caso são os shapefiles (arquivos vetoriais).

Então, você não precisa ir, porque é uma escala de um para 250 mil (1:250.000), que é uma escala a nível de municípios; e lá nós temos a hidrografia formada, os rios formados. O Estado de Rondônia delimitado, a questão do estudo de geologia, entendeu? Tudo isso são prompts.

O que é que você faz? Você leva isso...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, você está afirmando que Rondônia tem uma cartografia atualizada, quando você fez os estudos?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Com certeza. Na época, o IBGE atualiza na verdade esses dados — entendeu?

E na minha época eu peguei os dados do IBGE atualizados. E a cartografia...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – De qual ano o senhor usou a base de dados do IBGE?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – 2017.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – De 2017.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – É, hoje nós estamos aí em 2024, então...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você sabe que o IBGE atualizou os dados dele em 2010. Foi a última atualização. As outras, foi tudo por aproximação. Você usou, então, sete anos depois de o IBGE ter atualizado os dados. É isso?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Sim, sim. É o que consta mais atualizado, perdão. É o que consta mais atualizado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - E como é que vocês conceberam essas poligonais de cada área? Isso foi feito antes da criação, depois do estudo? Quem delimitou e disse: "Olha, vai ser essa área aqui, o polígono XX". Quem determinou e disse: "Essa área, especificamente a cartografia dela, o polígono é esse, esse." E em que tempo foi feito isso?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Boa pergunta, boa pergunta. Existe dentro da Sedam uma Coordenadoria de Geociência, que é a Cogeo. Entendeu? Na Cogeo eles faziam esse trabalho, que é um laboratório, eles faziam esse trabalho de confecção desses polígonos. Os polígonos da criação das unidades foram confeccionados no laboratório. Não participei dessas reuniões, não participei dessas discussões, como foi feito, "aqui vai ser determinado, centralizado, aqui vai ser conforme a memorial descritivo, aqui vai ser Ilha das Flores". Não participei.

Isso era conversado, acordado de coordenadoria para coordenadoria. Esses polígonos vinham para mim e eu jogava no SIG (Sistema de Informação Geográfica), que é um programa específico, onde eu fiz o layout, plotei esses mapas — entendeu? — dessas áreas. Mas eu não alterei, não fiz nenhum tipo de recorte nessa parte.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas em que tempo foi feito isso? Antes ou posterior já aos pseudoestudos realizados? Em alguns casos, evidentemente, restou claro, pela oitiva dos técnicos, seus colegas que participaram, que realmente teve estudo, que o relatório técnico foi feito, que foram in loco; mas isso, o tempo da construção dessa cartografia, você se lembra? Consegue precisar que ano foi, se antes de 2015, depois de 2018?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Você está falando do polígono vetorial da área?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É. Dos polígonos que determinavam qual seria a área de unidade de conservação.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Não. Não tenho conhecimento. Não tenho conhecimento, mas eu tive conhecimento agora do processo, que hoje chegou, hoje na parte da manhã chegou o processo para a gente. Foi encaminhado. Eu vi lá o estudo de Umirizal, o documento, e vi lá os mapas que foram feitos em 2016 — biologia, geomorfologia, solos e relevos —, aquilo que eu acabei de explicar para vocês. Esses mapas desse estudo eu não confeccionei. Eu confeccionei mais três mapas apenas à parte, desse Umirizal.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – De todas as unidades você fez?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Somente de Umirizal. As outras unidades eu fiz.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só Umirizal que você fez o mapa da cartografia?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Cartografia? O que o senhor quer dizer com cartografia?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Que você fez o trabalho, você está dizendo que foi quem fez, elaborou os mapas?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Os mapas temáticos, geologia, geomorfologia, solos e relevos, clima, vegetação eu não confeccionei porque, inclusive, está lá nos estudos que foi feito em 2016.

O que eu fiz, que eu tenho aqui em mãos, eu fiz só a questão fundiária, carta imagem atualizada, que é a carta imagem, que é chamada imagem de satélite, e também o mapa do zoneamento, apenas para dizer onde é que se enquadrava essa estação ecológica, que no caso seria subzona 2.1, zona 2, subzona 2.1.

Eu fiz apenas três mapas de Umirizal, mas os temáticos eu não fiz.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ok. E em que ano? Você lembra quando você fez isso?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Foi 2017. Eu entrei em fevereiro de 2017. E nesse período, que eu não me lembro quantos meses foram esses estudos, eu fiquei apenas na Sedam, na Secretaria, confeccionando esses mapas. Não viajei um minuto sequer.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Você que fez esse mapa da Rio Pardo também?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – APA Rio Pardo?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – É.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Sim. Fiz. APA Rio Pardo, eu fiz três mapas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Do Umirizal você fez?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Umirizal fiz apenas três mapas, mas os temáticos não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Pau D'Óleo você fez mapa?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fiz.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Parque Estadual Abaitará?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Abaitará, fiz.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Parque Estadual Ilha das Flores?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Ilha das Flores, fiz geologia, geomorfologia, solo, relevo, solo, vegetação e clima.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fiz fundiária, carta imagem e zoneamento. Fiz quatro mapas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Limoeiro, fiz. Fiz todos os temáticos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fiz, inclusive de altimetria e modelo de elevação digital.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Bom Jardim também fizemos todos os temáticos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Estação Ecológica Soldado da Borracha?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fiz três mapas, que é a carta imagem, o fundiário e a localização.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O fundiário como é? Explica para mim o fundiário.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fundiário é onde você pega uma base fundiária, que na época tinha uma informação interna do Incra em que a gente plotava onde eram as áreas, entendeu? As áreas cortadas pelo Incra.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – E essas áreas cortadas, estava tudo delimitado os lotes que tinha titulação do Incra.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Eram 727 lotes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Muito bem. Obrigado pela informação.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Ok.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só para concluir, então você afirma que esses dados você não fez nenhum levantamento, teve como base os dados que já estavam prontos na Cogeio, arquivo pronto da Cogeio. É isso?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – É. Isso. Separando os dados que eu utilizei para a questão da confecção dos mapas temáticos, geologia, geomorfologia, solo e relevo, a vegetação, hidrografia, esses dados você pode pegar em plataformas abertas, que no caso, eu peguei do IBGE, entendeu? Agora, essa estrutura do polígono, da construção do polígono de cada unidade vetorial, essa foi feita, criada no laboratório do Cogeio e repassada de coordenadoria para coordenadoria, onde eu confeccionei esse mapa.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É todo um estudo secundário, não é?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – A questão da vetorização das unidades, eu acredito que não seria secundário. Não seria secundário.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, já existia uma base de dados no Cogeio, então, é um...

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por

videoconferência) - Não, a base de dados do Cogeo que existia, que eu peguei também, é...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não foi você quem delimitou o polígono, certo?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Não, não fui eu.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – E a base de dados já existia, do Cogeo, você apenas se utilizou dele para...

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Confeccionar os mapas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Exatamente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Secundário, um estudo secundário. Ok, eu me dou por satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Márcio, só um questionamento. Quando você recebeu as informações do Incra para você confeccionar os mapas, essas informações do Incra estavam atualizadas?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Informação do Incra, não. Não recebi informação do Incra.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, você falou para ver os lotes, os cortes na questão fundiária.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Isso é uma base de dados que é utilizada também, entendeu? Que é chamada malha fundiária. Ela é utilizada, que está lá na Sedam, que possui uma base de dados. Eu utilizei ela para verificar essa questão, a existência de áreas que foram... mas com certeza, na época, eu não tinha ela atualizada mais, parece que ela deixou, inclusive, de atualizar em 2010, se eu não me engano.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, quando foi feito em 2017, não tinha atualização desde 2010, isso?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (por videoconferência) – O Incra deve ter isso atualizado, porque hoje nós temos uma outra base...

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sim, eu entendi, eu não estou falando da plataforma, eu estou falando assim: quando você fez em 2017, você pegou algumas informações do Incra. Nessa base de dados do Incra, estava

desatualizado desde 2010, correto?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Deixaram de atualizar em 2010 e o que a Sedam utilizava era essa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Outro questionamento. Para você fazer os mapas, em algum momento foi disponibilizado estudo socioeconômico, levantamento de dados de pessoas que estavam lá, para subsidiar na elaboração dos seus mapas?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Não. O que solicitaram para mim, na época, foi a questão para contribuir para o estudo do meio físico e o meio biótico, entendeu? Tipo: "Márcio, a gente está precisando das informações de solo". Então, a gente precisa de um mapa para visualizar isso daqui na área, para poder fazer a descrição. Aí eu confeccionava. "Eu preciso de relevo". Tenho aqui, eu fazia. "Eu preciso da hidrografia, para poder ver os principais rios". Entendeu? Ver os fluxos d'água. Eu pegava, confeccionava e baseado nessas informações que eu prestava a eles, eles escreviam essas informações de meio físico e meio biótico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, na verdade, os mapas elaborados por você, foram, na verdade, para fazer um reconhecimento da área. Mas, se você confrontar entre o que tinha na prática, o que tinha na análise documental, você não pode afirmar que era 100%, porque você não estava in loco, correto?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Não, não era para confrontar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, confrontar não, confeccionar.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – No caso, o meu trabalho é o meio físico e o meio biótico. Em todo estudo, você precisa ter o estudo de clima, de solo, de vegetação, de hidrografia. E esses dados a gente consegue de forma secundária, porque esses rios estão lá há muito tempo, entendeu? Isso faz parte do estudo.

Agora, não. Mapa de população, não. Não fiz. Eu fiz o mapa para contribuir para o estudo do meio físico e o meio biótico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada, amigo. Obrigadão.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Está ok.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Quero aqui agradecer a participação do Márcio. Obrigado pelas informações. Alguém tem mais algum questionamento a fazer a ele ou não?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não, deputado. Eu me dou por satisfeito também.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Satisfeita.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Tem mais alguma matéria a tratar? Quarta-feira que vem é que dia mesmo da semana?

Então vamos convocar a reunião da CPI, para o dia 6, às 14 horas, aqui no Plenário da Assembleia Legislativa. Então, não tendo mais nada a tratar, invocamos a proteção de Deus, e está encerrada a presente Reunião.

(Encerra-se esta Reunião às 18 horas e 07 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 2813/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ADAUTO CALIXTO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313118

ATO Nº 2810/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

AMELIANE GONÇALVES DA COSTA SANTANA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-12, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313060

ATO Nº 2808/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, conforme o Memorando nº 0312511/2024-ALE/PRESIDENCIA/ASSTEC, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

O ATO Nº 2755/2024-SUP-RH/ALERO de 06/11/2024, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 205 de 06 de novembro de 2024, que exonerou a servidora **EDNILVA GONSALVES**.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0312746

ATO Nº 2815/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

FLAVIO MOREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313157

ATO Nº 2805/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

FLORINDA LEANDRA FABIANO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-12, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0312702

ATO Nº 2806/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

GEOVANNA KARLA RIBEIRO BARBOSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-12, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0312710

ATO Nº 2816/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

GRACIANE RODRIGUES CHOMA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código

AP-15, no Gabinete da Deputada Claudia de Jesus, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313188

ATO Nº 2811/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

HIGOR VINICIUS VASCONCELOS PAULETI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313075

ATO Nº 2819/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

JACQUELINE SUZANA PEREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313223

ATO Nº 2814/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em

28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

JOAO PAULO FERREIRA COLMAN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313133

ATO Nº 2803/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

JOSE CARIAS RODRIGUES DE NOVAIS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, do Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0312672

ATO Nº 2804/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

LUIZ RICARDO DE LIMA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0312689

ATO Nº 2807/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MICHEL ANGELO BORGES ANDRADE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0312719

ATO Nº 2818/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

PAULO SOARES DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313214

ATO Nº 2809/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

RAILSON DA SILVA TABOSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-07, na Divisão de Monitoramento e Segurança Patrimonial, do Departamento de Polícia Legislativa - Secretária de Segurança Institucional, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313049

ATO Nº 2817/2024-SUP-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

RONNIE PITERSON DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Segurança, código ASS, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313199

ATO Nº 2812/2024-SUP-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

VALDIRENE FERMOW DO AMARAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313084

ATO DE DIÁRIA Nº 0312580/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Guajará-Mirim/RO, no período de 15/11/2024 a 17/11/2024, com a finalidade de representar o Deputado Estadual Jean Mendonça na 22º Festival Folclórico, "Duelo na Fronteira - edição de 2024", conforme processo nº 100.052.000228/2024-14.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172257	Amanda de Souza Felix Reis	Assessor Especial	Gabinete Deputado Jean Mendonça

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0312580

ATO DE DIÁRIA Nº 0312584/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Guajará-Mirim/RO, no período de 15/11/2024 a 17/11/2024, com a finalidade de assessorar e conduzir veículo que transportará servidora que representará o Deputado Estadual Jean Mendonça na 22º Festival Folclórico de Guajará Mirim - "Duelo na Fronteira - edição de 2024", conforme processo nº 100.052.000228/2024-14.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200175132	Isaque da Costa Machado	Assessor Parlamentar	Gabinete Deputado Jean Mendonça

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0312584

ATO DE DIÁRIA Nº 0312594/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Buritis/RO, no período de 14/11/2024 a 15/11/2024, com a finalidade de fazer assessoria de mídias sociais, com registro de fotos e vídeos, durante reunião de alinhamento com os colaboradores do escritório parlamentar, conforme processo nº 100.055.000368/2024-62.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200175420	Thais Maiara de Freitas Teles	Assessor de Gabinete	Gabinete Deputado Lucas Torres

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0312594

ATO DE DIÁRIA Nº 0312784/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Rolim de Moura e Ji-Paraná/RO, no período de 07/11/2024 a 09/11/2024, com a finalidade de fazer a segurança do chefe de gabinete da Presidência, que vai verificar se os recursos destinados pelo Deputado estão sendo bem aplicados, conforme processo nº 100.002.000090/2024-49.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200175407	Bruce de Melo Marques	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral

SEI nº 0312784

ATO DE DIÁRIA Nº 0312596/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Belo Horizonte/MG, no período de 19/11/2024 a 23/11/2024, com a finalidade de assessorar o Deputado Estadual Cássio Gois, com a cobertura de mídia, fotos e vídeos, na Semana Internacional do Café, conforme processo nº 100.431.000192/2024-12.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176103	Pedro Henrique Rabelo	Assessor Técnico	Comissão Transporte e Obras Públicas

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral

SEI nº 0312596

ATO DE DIÁRIA Nº 0312575/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Itapuã do Oeste/RO, no período de 13/11/2024 a 14/11/2024, com a finalidade de fazer atividades práticas nas palestras relacionadas ao atendimento Pré-Hospitalar (APH), método START para triagem em emergências, transporte seguro de pacientes e técnicas de imobilização em prancha, no curso de primeiros socorros a pedido da Câmara Municipal de Itapuã d'Oeste, conforme processo nº 200.018.000361/2024-31.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
400000030	Wallyson de Jesus da Costa	Colaborador Eventual	Colaborador Eventual

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral

SEI nº 0312575

ATO DE DIÁRIA Nº 0312829/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Guajará-Mirim/RO, no período de 15/11/2024 a 16/11/2024, com a finalidade participar de evento "Duelo na Fronteira," com o objetivo de fortalecer a transparência e a prestação de contas, compartilhando com os cidadãos informações sobre as ações e projetos do parlamentar, conforme processo nº 100.063.000472/2024-58.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176074	Anderson dos Santos Abreu	Assessor técnico	Comis. Def. da Criança, Mulher, Idoso

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0312829

ATO DE DIÁRIA Nº 0312697/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

Considerando o Despacho 0310553, conforme Processo n. 100.055.000309/2024-94.

RESOLVE:

RETIFICAR O ATO DE DIÁRIA Nº 0288682/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO, Publicado no Diário Oficial n.176, datado de 23/09/2024, pág. 2665, que concedeu 05 (cinco) diárias ao Deputado Estadual **Lucas Torres Ribeiro**, matrícula 200172281, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO ao Rio de Janeiro/RJ, no período de 02/12/2024 a 06/12/2024, para participar da 27ª edição da conferência nacional UNALE dos legisladores e legislativos estaduais, com objetivo de promover o intercâmbio de informações, para buscar a melhoria e o desenvolvimento da sociedade, conforme processo nº 100.055.000309/2024-94.

ONDE SE LÊ..." que concedeu 05 (cinco) diárias ao Deputado Estadual Lucas Torres Ribeiro, no período de 02/12/2024 a 06/12/2024".

LEIA-SE..."que concedeu 04 (quatro) diárias ao Deputado Estadual Lucas Torres Ribeiro, no período de 02/12/2024 a 05/12/2024".

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0312697

ATO DE DIÁRIA Nº 0312747/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

Considerando o Despacho 0310553, conforme Processo n. 100.055.000309/2024-94.

RESOLVE:

RETIFICAR O ATO DE DIÁRIA Nº 0288700/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO, Publicado no Diário Oficial n.176,

datado de 23/09/2024, pág. 2666, que Concedeu 05 (cinco) diárias a servidora **Gisele Aparecida de Souza**, matrícula 200172242, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO ao Rio de Janeiro/RJ, no período de 02/12/2024 a 06/12/2024, para assessorar o Deputado Estadual Lucas Torres, durante agenda oficial na 27ª edição da conferência nacional UNALE dos legisladores e legislativos estaduais, conforme processo nº 100.055.000309/2024-94.

ONDE SE LÊ...” que concedeu 05 (cinco) diárias a servidora Gisela Aparecida de Souza, no período de 02/12/2024 a 06/12/2024”.

LEIA-SE...”que concedeu 04 (quatro) diárias a servidora Gisela Aparecida de Souza, no período de 02/12/2024 a 05/12/2024”.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0312747

ATO DE DIÁRIA Nº 0312902/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO ao Rio de Janeiro/RJ, no período de 02/12/2024 a 06/12/2024, com a finalidade de acompanhar o Deputado Estadual Alan Queiroz, na 27ª Conferência Nacional da UNALE, para o aprimoramento das práticas parlamentares no Brasil, para discutir temas estratégicos de interesse nacional, promovendo um ambiente de troca de experiências entre legisladores de todo o país, conforme processo nº 100.041.000328/2024-70.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176214	João Tico Floresta	Chefe de Divisão	Divisão de Audio e Vídeo

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0312902

ATO DE DIÁRIA Nº 0312970/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Guajará-Mirim/RO, no período de 15/11/2024 a 15/11/2024, a fim de participar do evento “Duelo na Fronteira” com o objetivo de dar suporte à Parlamentar, coordenando toda a cobertura mídia para garantir a transparência pública, conforme processo nº 100.063.000473/2024-01.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176182	Mirella Amaro Taveira	Assessor Parlamentar	Gabinete Deputada Drª Taíssa

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0312970

ATO DE DIÁRIA Nº 0312991/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Guajará-Mirim/RO, no período de 15/11/2024 a 15/11/2024, com a finalidade de participar no evento "Duelo na Fronteira" e realizar um levantamento das demandas locais, identificar temas relevantes para futuras indicações de emenda parlamentar, conforme processo nº 100.063.000473/2024-01.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174775	Kelly Cristiana de Souza Ardaia	Assessor Técnico	Comis. Def. da Criança, Mulher, Idoso

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0312991

ATO DE DIÁRIA Nº 0313026/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao Deputado Estadual **Izequiel Neiva de Carvalho**, matrícula 200165394, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF, no período de 10/11/2024 a 13/11/2024, com a finalidade de participar de audiência no DNIT, com o Deputado Estadual Laerte Gomes tem como objetivo pleitear novos recursos para o Estado de Rondônia, conforme processo nº 100.048.000164/2024-11.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0313026

ATO DE DIÁRIA Nº 0313056/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias as servidoras abaixo relacionadas, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Cujubim/RO, no período de 12/11/2024 a 13/11/2024, com a finalidade de participar de reuniões em Associações Rurais, que tem como objetivo debater estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de iniciativas que beneficiem os pequenos agricultores da região, conforme processo nº 100.046.000258/2024-18.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200175229	Maria de Jesus Vale da Silva	Assessor Técnico	Gabinete Deputado Delegado Camargo
200175519	Suelen Paixão Machado	Assessor de Gabinete	Gabinete Deputado Delegado Camargo

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0313056

Ato de Diária nº 0313249/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Vilhena e Colorado do Oeste/RO, no período de 10/11/2024 a 11/11/2024, com a finalidade de realizar a gestão e o acompanhamento do processo de execução das emendas parlamentares, bem como a orientação técnica dos recursos para possíveis destinações pelo Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol, conforme processo nº 100.061.000246/2024-97.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176102	Ian Carlos Gianini Barbosa Silva	Assessor Técnico	Gabinete Deputado Ribeiro do Sinpol

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0313249

Ato de Diária nº 0313305/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Vilhena e Colorado do Oeste/RO, no período de 10/11/2024 a 11/11/2024, com a finalidade de fazer a segurança, bem como a condução do veículo do Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol, visando atender agendas deste parlamentar, conforme processo nº 100.061.000246/2024-97.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174065	André Felipe Carvalho Paraguassu	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0313305

Ato de Diária nº 0313360/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária ao Deputado Estadual **Alan Kuelson Queiroz Feder**, matrícula 200169096, pelo deslocamento via transporte aéreo de Florianópolis/RO a Balneário Camburiú e Porto Velho/RO, no período de 09/11/2024 a 09/11/2024, com a finalidade de participar em visita ao Complexo Neurosensorial Casa do Autista, localizado na Alameda Delfim de Pádua Peixoto Filho, em Balneário Camboriú/SC. Esta instituição possui diversas salas temáticas para o desenvolvimento de habilidades em crianças autistas, além de oferecer atendimento psicológico e acolhimento emocional para mães atípicas, conforme processo nº 100.041.000379/2024-00.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0313360

Ato de Diária nº 0313344/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias a Deputada Estadual **Gislaine Clemente**, matrícula 200172424, pelo deslocamento via transporte terrestre de Cacoal/RO a Brasília/DF e Ji-Paraná/RO, no período de 11/11/2024 a 13/11/2024, com a finalidade de participar com a Comitativa de Deputadas e Deputados Estaduais da Amazônia Legal, que acontecerá em Brasília, onde ocorrerá a audiência protocolar com o diretor Geral do Dnit, Fabricio de Oliveira Galvão, para tratar sobre a BR-319, e os rios da Amazônia, conforme processo nº 100.049.000148/2024-18.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0313344

Ato de Diária nº 0313227/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao Deputado Estadual **Luis Eduardo Schincaglia**, matrícula 200172273, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF no período de 11/11/2024 a 14/11/2024, com a finalidade de participar da Comitativa de Deputadas e Deputados Estaduais da Amazônia Legal, onde acontecerá audiência protocolar com o Diretor Geral do DNIT Fabricio de Oliveira Galvão, será tratado sobre a BR-319, e os rios da Amazônia, e o Parlamento Amazônico se reunirá para ela elaborar pauta que será discutida na Reunião Ampliada do Colegiado de Deputadas e Deputados Estaduais na 27ª Conferência Nacional da UNALE, conforme processo nº 100.056.000107/2024-32.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0313227

Ato de Diária nº 0313277/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Vilhena/RO, no período de 10/11/2024 a 15/11/2024, com a finalidade de conduzir o veículo que transportará os servidores que ministrarão o curso de Libras para o atendimento ao público, conforme processo nº 200.018.000358/2024-18.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173762	Edivan Soares da Silva	Chefe de Divisão	Divisão de Transporte

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral

SEI nº 0313277